

Ata n.º 14
da Assembleia Representativa da
Ordem dos Contabilistas Certificados

Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e vinte e três, pelas catorze horas, reuniu a Assembleia Representativa, doravante AR, da Ordem dos Contabilistas Certificados, doravante OCC, no auditório da representação do Porto da OCC, sito no Largo 1.º de dezembro, n.º 11, tendo a sessão funcionado em formato misto (presencial e videoconferência), com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Antes da Ordem do Dia: Tempo previsto: 50'

1. Tomada de posse de Representantes da Assembleia Representativa; 5'
2. Informação sobre presenças, faltas e representações à Assembleia; 10'
3. Informação sobre a presença da Sra. Bastonária, membros do Conselho Diretivo, Conselho Fiscal, Conselho Jurisdicional e de elementos do apoio jurídico; 5'
4. Informações e pedidos de esclarecimento. 30'

Ordem do Dia: Tempo previsto: 140'

1. Aprovação da Ata da reunião de 17/12/2022; 5'
2. Discussão e votação do Relatório e Contas do exercício de 2022; 120'
3. Leitura e votação da minuta da ata. 15'

O Sr. Presidente da Mesa da AR, doravante MAR, começou por cumprimentar todos os Srs. Representantes, a Sr.ª Bastonária, os elementos do Conselho Diretivo, do Conselho Jurisdicional, do Conselho Fiscal e os demais colegas presentes nas galerias e, desde logo informou que a sessão estava a ser gravada em áudio e vídeo para efeitos de elaboração da ata, ficando, posteriormente, disponível no micro sítio da AR. Prosseguiu informando que a AR decorreria em sistema presencial e telemático e que coube a cada um dos Srs. Representantes optar pela forma de participação, com exceção dos dois membros da AR que iriam tomar posse e que, por esse motivo, obrigatoriamente, teriam de estar presentes. Referiu que esta possibilidade era suportada legalmente pelo artigo 24.º-A do Código do Procedimento Administrativo, doravante CPA. Mais adiantou que, conforme previsto no artigo 8.º do Regimento da AR, as reuniões deste órgão realizam-se, preferencialmente,

aos sábados, alternadamente nas instalações da OCC em Lisboa e no Porto, de acordo com essa orientação, foi aquela reunião agendada para o Porto. -----

Lembrou que, todos os Srs. Representantes foram contactados, inicialmente por correio eletrónico, para os e-mails institucionais e, posteriormente, por telefone, por forma a confirmarem a sua forma de participação na AR. Informou também que, as votações dos assuntos da ordem do dia, à semelhança da última reunião, seriam realizadas logo a seguir à apresentação e discussão de cada ponto e comunicou igualmente que, para os Srs. Representantes a participar telematicamente, estava a utilizar-se a plataforma de som e imagem “ZOOM” e que, para qualquer dúvida ou questão sobre o acesso ou utilização daquela plataforma, deveria ser contactado o Sr. Luís Patuleia, através do telefone 960237444 ou por e-mail para luis.patuleia@occ-pt. -----

O Sr. Presidente da MAR solicitou ainda aos Srs. Representantes que participavam à distância para manterem as câmaras ligadas e ligarem os microfones quando pretendessem usar da palavra para se dirigirem a Assembleia. Mais alertou para a importância de cada um dos Srs. Representantes indicarem na plataforma “ZOOM” o seu nome e número de cédula profissional e que, para estes, as votações seriam realizadas através de um formulário disponibilizado por e-mail no final da discussão de cada ponto da ordem do dia. Caso algum dos Srs. Representantes a participar telematicamente, pretendesse apresentar à Mesa algum requerimento ou alguma declaração de voto, deveria remeter o respetivo documento para secretaria.mesa.ir@occ.pt, e só poderiam ser considerados se remetidos através do email institucional de cada um dos Srs. Representantes. Informou também que, para os Srs. Representantes que participavam presencialmente, a credenciação ficou disponível a partir das treze horas e trinta minutos, sendo a identificação realizada através da cédula profissional ou do cartão de cidadão. Concluindo a introdução da sessão, apelou à cordialidade e à capacidade de síntese dos intervenientes. -----

Seguidamente, o Sr. Presidente da MAR informou que, naquele momento, se encontravam presentes oitenta e cinco representantes, setenta e três em sala, dois em representação de dois outros colegas e dez telematicamente, estando já incluídos os dois Srs. Representantes que iam tomar posse. -----

Informou, igualmente, que a ordem de trabalhos e documentos de suporte tinham sido enviados nos prazos previstos no regimento da AR, nomeadamente, do artigo 8.º do Regimento e que tinham também sido disponibilizados, no momento da credenciação, todos os documentos que se anexaram à convocatória. Alertou ainda para o facto de a ata da última reunião ter sofrido ligeiras alterações, conforme contributo de alguns Srs. Representantes, especialmente a relacionada com uma intervenção que, depois de devidamente revista, foi aceite e cuja versão definitiva já tinha sido enviada a todos os Srs. Representantes, sendo a mesma que lhes foi entregue aquando da credenciação para aquela reunião. -----

Mais acrescentou que, a Assembleia tinha sido convocada nos termos conjugados do disposto nos artigos 43.º e 44.º do Estatuto da OCC, do artigo 8.º do Regimento da AR e do artigo 24.º-A do CPA, tendo a convocatória, com a ordem de trabalhos e documentos de suporte, sido endereçada a todos os Srs. Representantes no dia 28 de fevereiro de 2023 e ficado também, no mesmo dia, disponível no site da OCC. Informou que, os dois membros que tomavam posse nessa AR foram contactados posteriormente. -----

Relativamente ao controlo de presenças, o Sr. Presidente da MAR esclareceu que, o mesmo tinha sido realizado nos termos do n.º 4, do artigo 6.º do Regimento da AR e que, se considera falta do Sr. Representante o atraso não justificado por mais de trinta minutos após o início dos trabalhos, bem como, caso os Srs. Representantes se ausentassem da sala, deveriam informar a credenciação, não devendo fazê-lo durante os períodos de votação. Os Srs. Representantes que participavam por meios telemáticos deveriam comunicar a ausência através do chat da plataforma, e lembrou ainda que, a ausência da sessão por tempo superior a trinta minutos seria considerada falta, conforme prevê o n.º 3 do artigo 17.º do Regimento da AR, o que, neste caso, também impossibilitaria o Sr. Representante de participar no resto da reunião. -----

Feitas estas considerações iniciais e entrando no **ponto 1** (um) de **antes da ordem do dia**, *tomada de posse de Representantes da Assembleia Representativa*, o Sr. Presidente da MAR informou que se iria, de imediato, dar posse a dois Srs. Representantes. Assim, por demissão dos Srs. Representantes eleitos pelo círculo de Lisboa, Pedro Nuno Ramos Roque, CC 59031 e Susana Maria Fernandes Pereira, CC 92043, tomaram posse Ana Paula de Assunção de Matos Borlido Martins, CC 91027 e Bruno José Quelhas Henriques

Pereira, CC 80682, respetivamente. Chamados ao púlpito e após a leitura da declaração de compromisso com o seguinte teor: “*Eu, abaixo assinado(a), declaro solenemente aceitar o cargo para que fui eleito(a) e respeitar e cumprir o Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados*”, os Srs. Representantes procederam à assinatura da ata de tomada de posse. -----

Passando ao **ponto 2** (dois) de **antes da ordem do dia**, *informação sobre as presenças, faltas e representações à AR*, o Sr. Presidente da MAR referiu que, naquele momento, estavam presentes e representados os 85 (oitenta e cinco) membros da AR, estando 73 (setenta e três) em sala, contanto estes com mais 2 (duas) representações e 10 (dez) a participar telematicamente. Informou também que, na última reunião da AR, realizada a 17 de dezembro de 2022, não esteve presente 1 (um) dos Srs. Representante e que não tendo este apresentado justificação nos termos e prazos previstos no artigo 17.º do Regimento da AR, a falta foi considerada injustificada. -----

No que diz respeito ao **ponto 3** (três) de **antes da ordem do dia**, *informação sobre a presença da Sr.ª Bastonária, membros do Conselho Diretivo, Conselho Fiscal, Conselho Jurisdicional e de elementos do apoio jurídico*, o Sr. Presidente da MAR lembrou que, o número 1, do artigo 13.º do Regimento prevê que a Sr.ª Bastonária, os membros do Conselho Diretivo, os membros do Conselho Fiscal e os membros do Conselho Jurisdicional podem participar facultativamente nas reuniões da AR e obrigatoriamente nas reuniões de aprovação do Relatório e Contas e do Plano de Atividades e Orçamento. Assim, o Sr. Presidente da MAR informou que se encontravam presentes a Sr.ª Bastonária e seu assessor jurídico, Dr. Amândio Silva, os demais membros do Conselho Diretivo, os membros do Conselho Jurisdicional e do Conselho Fiscal. Mais informou, nos termos do n.º 5, do artigo 4.º do Regimento da AR, que a MAR estava a ser coadjuvada por um assessor jurídico e por um elemento do staff administrativo da OCC afeto à realização da AR, este a fim de apoiar principalmente na plataforma Zoom, tendo ainda esclarecido que, ao abrigo do disposto no artigo 14.º do Regimento, a reunião era aberta a todos os membros da Ordem. -----

Avançou o Sr. Presidente da MAR para o **ponto 4** (quatro) de **antes da ordem do dia**, *informações e pedidos de esclarecimentos*, e abriu as inscrições para os Srs. Representantes que pretendessem usar da palavra, solicitarem informações ou

esclarecimentos, não sem antes fazer referência à necessidade da AR discutir alguns artigos do atual Regimento que, conforme abordado em AR anteriores, deveriam ser alterados, no entanto, tendo em consideração que estava para ser publicada muito em breve a nova lei das associações públicas profissionais, e porque as lacunas a suprir não eram de tal forma graves que pudessem por em causa o regular funcionamento da assembleia, seria então, na sua opinião, mais adequado e prudente aguardar-se pela referida publicação, efetuando as correções que venham a concluir-se necessárias já de acordo com o Estatuto da OCC atualizado pela referida Lei, concluindo com um pedido para que a Sr.^a Bastonária se pronunciasse sobre esse assunto.-----

Dada a palavra à Sr.^a Bastonária, esta começou a sua intervenção cumprimentando o Sr. Presidente da MAR e os demais membros da MAR que o acompanhavam, os restantes membros do Conselho Diretivo, o Conselho Jurisdicional e o Conselho Fiscal, nas pessoas dos Srs. Presidentes, todos os membros da AR presentes e todos os membros e staff da Ordem que estavam a acompanhar a assembleia e os que estavam à distância. Prosseguiu, esclarecendo que, o citado diploma legal já tinha sido promulgado pelo Sr. Presidente da República, após parecer do Tribunal Constitucional, aguardando-se a publicação a todo o momento. Esclareceu que, os estatutos das vinte ordens profissionais existentes terão de se ajustar às alterações exigidas pela nova Lei-Quadro. Acrescentou que o principal objetivo dessa lei, resultante de imposições da União Europeia e com pressão da OCDE, primou pela alteração das regras de entrada dos jovens nas várias profissões, que se entendia como muito limitativa. Pretende também implementar alterações tanto na composição de alguns órgãos, como na criação de novos órgãos, referindo-se a um novo órgão disciplinar e ao de supervisão que terá diferente composição. Referiu também, em relação aos estágios como condição de acesso à inscrição nas ordens profissionais que, tudo leva a crer que existirão novas regras, bem como novas avaliações aos candidatos após a realização das suas licenciaturas, determinando que não poderá haver avaliação sobre matérias que já foram examinadas em termos de currículos escolares. Mais acrescentou que, a interpretação da OCC é a de que a lei virá estipular três tipos de estágio: o estágio curricular, aquele que é feito dentro do curso como unidade curricular da licenciatura; um estágio em contexto de trabalho e um *estágio* tipo de formação, que é a parte nova, uma novidade da Lei-Quadro. Assim,

quando o candidato tenha concretizado o estágio curricular, realizado no âmbito do seu percurso académico, já não poderá ser sujeito a nenhum tipo de avaliação de matérias, salvo quanto a matérias relacionadas com ética e deontologia. No estágio em contexto de trabalho, poderá haver uma avaliação, desde que essa avaliação salvaguarde que não serão repetidas as matérias que já foram avaliadas, podendo existir uma avaliação de matérias conjuntas porque o que, neste caso, se pretenderá avaliar é o resultado do estágio e se o candidato está ou não apto a exercer a profissão de contabilista certificado. E por último, surge uma possibilidade, que parece ser autónoma, uma formação, para quem não tenha estágio curricular ou em contexto de trabalho, ministrada pela OCC ou por uma entidade pública, com avaliação em exame final, ou por módulos, das matérias necessárias para o exercício da profissão, que não se sobreponham com as matérias ou unidades curriculares que integram o curso conferente da habilitação académica do candidato. Mais esclareceu que, os estágios terão a duração de até doze meses ou, nalgumas situações, até dezoito meses. -----

O Sr. Presidente da MAR informou, entretanto, interrompendo e aproveitando enquanto se resolvia um problema técnico, que, desde o dia anterior, estava publicada no site da Ordem uma notícia sobre esta temática que sugeria a participação de quem quisesse deixar as suas opiniões e sugestões sobre o assunto. -----

Retomando a sua intervenção a Sr.^a Bastonária disse que, outra das principais alterações, é o estabelecimento livre de sociedades multidisciplinares, situação que, na sua opinião, não atinge muito a OCC, dado que não existe nenhuma restrição à conjugação de atividades, ao contrário do que acontece com outras ordens profissionais. A lei já permitia que as sociedades de contabilidade fossem detidas a cem por cento por pessoas que não eram contabilistas certificados, lembrou. Salientou também que, um dos aspetos em que a lei quadro é muito clara é, de facto, na composição de sócios de uma sociedade, estabelecendo que, quer as sociedades de contabilidade, quer as sociedades de profissionais de contabilidade, quer as sociedades multidisciplinares, possam ser constituídas a cem por cento por sócios não contabilistas certificados trazendo, na sua opinião, maior responsabilidade aos seus detentores pela implementação do poder disciplinar sobre os sócios dessas sociedades. Uma das questões que gerou muita discussão, informou, foi a novidade da remuneração obrigatória aos estagiários que, no

seu entender, não afeta a profissão, porque, a maioria dos estágios em contexto de trabalho já são pagos, desconhecendo-se ainda se os mesmos serão ou não participados no âmbito dos programas de estágios do IEFP. Continuará a existir a possibilidade de dispensa de estágio, no caso de o candidato possuir experiência profissional, ficando por decidir, quanto a estes, como avaliar as matérias respeitantes à ética e deontologia. Continuou referindo-se à criação de novos órgãos que aquela lei vai trazer, um deles o Conselho de Supervisão, que será eleito em assembleia universal composto por membros internos e externos, sendo quarenta por cento de contabilistas certificados, quarenta por cento de pessoas que não são contabilistas certificados e vinte por cento que não vão ser eleitos, sendo cooptados posteriormente à eleição do próprio órgão. Esclareceu também que, o Conselho de Supervisão não será um órgão executivo, mas irá ter uma interferência direta nas condições de acesso à profissão, designadamente, no que respeita a exames e ao estágio, acrescentando que, os quarenta por cento de membros daquele órgão que não são contabilistas certificados têm de ser académicos, e o membro cooptado, que não é eleito, tem de ser uma personalidade de reconhecido mérito. Informou ainda que, também vai fazer parte do órgão de supervisão um Provedor dos destinatários dos serviços, que também não será eleito, será sugerido pelo Conselho de Supervisão e aprovado pelo Bastonário. Referindo-se ao Conselho Disciplinar, disse que, será constituído, na sua maioria, por profissionais, sendo o Sr. Presidente um contabilista certificado, e sublinhou a diferença entre o Conselho Disciplinar e o Conselho de Supervisão onde a maioria dos membros deste é não profissional e o seu Presidente também é não inscrito na Associação ou na Ordem profissional. Como nota importante, deu ênfase às competências exclusivas e partilhadas, as quais vão ser todas reavaliadas, por forma a garantir os critérios de necessidade, adequação e proporcionalidade face aos objetivos da política pública e a Ordem vai acompanhar todo esse processo. Continuando a sua intervenção, a Sra. Bastonária deu também nota de que, foram criadas incompatibilidades para as pessoas que façam parte dos órgãos das Ordens e que estejam em determinadas funções, designadamente, o exercício de funções executivas, disciplinares, de fiscalização e de supervisão em órgãos das associações públicas profissionais é incompatível entre si; o exercício de quaisquer funções dirigentes na função pública; a titularidade de órgãos sociais das associações sindicais ou patronais do setor e, ainda, a possibilidade de outras

que o órgão de supervisão possa avaliar e identificar como gerador de conflito de interesses. Já quanto aos membros com inscrição suspensa, informou que, de acordo com a redação da nova lei, a todo o tempo, poderão requerer o levantamento da suspensão, sendo sujeitos a uma prova de avaliação enquanto que, os membros com a inscrição cancelada só poderão reinscrever-se mediante o cumprimento normal do processo de acesso à profissão. Mais adiantou que a nova lei vai ainda obrigar a que o Bastonário fique sujeito ao cumprimento das obrigações declarativas dos titulares de cargos públicos junto do Ministério que o tutela, mais exatamente, entregar declaração dos seus rendimentos, património, interesses, incompatibilidades e impedimentos. Assegurou que este processo vai ser muito rápido, o Governo irá apresentar a proposta de alteração dos estatutos à Assembleia da República, após parecer de outras entidades, designadamente, a Autoridade da Concorrência. A OCC, entretanto, vai, obviamente, colaborar com o Governo, com a Assembleia da República e com a Autoridade da Concorrência mas, para tanto, pretende ouvir os seus membros, que deverão contribuir com sugestões, para o que, informou a Sra. Bastonária, a OCC iria realizar, no dia onze de abril, uma sessão em Lisboa, das dezoito às vinte horas, e no Porto, a catorze de abril, das quinze às dezassete horas, bem como uma formação eventual, de âmbito nacional, durante o mês de abril, e relembrou ainda outras atividades da OCC junto dos seus membros nos dias que se seguiam, apelando a todos os Srs. Representantes para incentivarem os membros das suas zonas a participarem, a contribuírem com ideias, com vista a propor as melhorias ao estatuto numa perspetiva positiva e de salvaguardar, acima de tudo, o interesse público e as competências próprias dos contabilistas certificados.-----

Retomando o **ponto 4** (quatro) do período de **antes da ordem do dia**, *informações e pedidos de esclarecimentos* o Sr. Presidente da MAR abriu as inscrições para os Srs. Representantes que pretendessem usar da palavra, solicitarem informações ou esclarecimentos. Pediram a palavra os Srs. Representantes, Bruno José Quelhas Henriques Pereira, CC 80682, do Círculo Eleitoral de Lisboa; Vítor Alexandre Lopes Pereira Vicente, CC 37094, do Círculo Eleitoral de Lisboa; Vítor Lino Soares Martins, CC 24253, do Círculo Eleitoral de Lisboa; Maria Teresa Eva das Neves, CC 19591, do Círculo Eleitoral de Lisboa; Paulo Jorge Seabra dos Anjos, CC 55712, do Círculo Eleitoral do Porto e Maria José de Almeida, CC 40619, do Círculo Eleitoral de Lisboa.

Dada a palavra ao Sr. Representante Bruno Pereira, o mesmo cumprimentou o Sr. Presidente da MAR e restantes membros, a Sr.^a Bastonária, os membros dos órgãos diretivos, do Conselho Jurisdicional e do Conselho Fiscal, os senhores representantes e os demais colegas e questionou, citamos, *“Agradeço a oportunidade para saudar todos os representantes e enaltecer a alegria de voltar a esta casa em representação de setenta mil colegas. Gostaria de aproveitar o momento antes da ordem do dia para tentar obter um esclarecimento da Sra. Bastonária sobre a continuidade da comercialização do Toconline, uma vez que a nova lei das Ordens proíbe a suposta comercialização de produtos por parte das Ordens. Obrigado.”* -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Vítor Vicente que, após cumprimentar o Sr. Presidente da MAR, a Sr.^a Bastonária e os restantes colegas, continuou afirmando que, citamos, *“Isto vai parecer que foi preparado mas não, eu venho falar aqui de uma coisa que me motivou a vir ao Porto porque fiquei indignado com aquilo que está no nosso estatuto”* referindo-se ao que está previsto no Estatuto da OCC em termos de justo impedimento que, na sua opinião, não se coaduna com a realidade prática, uma vez que, a norma se refere a cinco dias corridos, referindo o falecimento da sua mãe no dia treze de fevereiro, mês com o maior número de obrigações fiscais para cumprir, pelo que, para conseguir, eventualmente, beneficiar de algum prazo para entrega diferida das declarações de IVA, alegou o Sr. Representante, a sua mãe teria que ter falecido dois dias mais tarde. Felizmente os seus colaboradores ajudaram-no, por isso, citamos, *“Não enfrentei aquilo que muitos colegas enfrentam, felizmente ou infelizmente, de ter um processo desgastante para o fim dos nossos mais próximos. Não enfrentei. Portanto, disso não me posso queixar. Mas nós sendo profissionais com este nível de responsabilidade e o Estado, para os nossos mais próximos, só dar cinco dias úteis, cinco dias, perdão, é complicado de aceitar. Vinte e cinco anos depois da nossa profissão existir. Eu não quero imaginar alguns colegas que trabalham sozinhos se tivessem na mesma situação”*. Continuando, sugeriu à Sr.^a Bastonária que fosse apresentada uma proposta de alteração desta norma para que o prazo fosse alargado para quinze dias. Terminou a sua intervenção agradecendo à MAR e a todos os colegas que lhe enviaram mensagens, frisando que ainda não tinha tido coragem de responder a todos. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Vítor Martins que após cumprimentar o Sr.

Presidente da MAR e os restantes membros, a Sr.^a Bastonária e os restantes membros do Conselho Diretivo, o Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional e restantes membros, o Sr. Presidente do Conselho Fiscal e restantes membros, toda a AR, bem como os colegas que estavam a assistir, salientou que, segundo se recordava, as alterações ao estatuto teriam que ser objeto de proposta do Conselho Diretivo ao Conselho Jurisdicional e, posteriormente, submetidas à apreciação da AR, no entanto, gostaria de obter confirmação deste seu entendimento, terminando a sua intervenção, referindo, citamos, “(...) acho que tem que haver alguma aprovação e era para me esclarecerem visto que eu não sei se a assembleia geral não terá que intervir na aprovação das alterações ao estatuto.” -----

Dada a palavra à Sr.^a Representante Maria Teresa Eva das Neves que iniciou a sua intervenção saudando o Sr. Presidente da MAR e todos os seus colegas, a Sr.^a Bastonária e a todo o Conselho Diretivo, o Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional e restantes membros e ao Sr. Presidente do Conselho Fiscal e restantes membros, todos os Srs. Representantes e contabilistas presentes. Seguidamente, transmitiu as preocupações que, disse, os colegas lhe solicitaram para abordar, designadamente, citamos, “*Honorários baixos e concorrência desleal não estão a diminuir. O que se está a fazer neste sentido? Carga de obrigações das empresas e dos contabilistas cada vez maior e com gastos constantes de recursos que impedem o desenvolvimento dos negócios (...), produtividade e pagamento a quem trabalha, havendo assim cada vez menos capacidade de sobrevivência das empresas familiares e destas pagarem aos contabilistas. Mau funcionamento dos portais da Segurança Social e da AT levando a um desgaste enorme dos profissionais e atrapalhando a organização do trabalho, causando atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos. Toconline, pedem que seja dada algumas informações possíveis sobre as medidas de prevenção e proteção do programa num tempo próximo de previsível guerra aberta na internet. Por fim, quero também transmitir da parte dos colegas, um agradecimento por todas as conquistas para os contabilistas, principalmente, foi mencionado, o justo impedimento e as férias fiscais.*” -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Paulo Anjos, este cumprimentou a MAR, a Sr.^a Bastonária, o Conselho Diretivo, os Srs. Presidentes dos demais órgãos e colegas Representantes na AR e também os colegas presentes na audiência, e continuando,

citamos, *“As minhas palavras são para vos receber aqui no Porto como membro da Assembleia de Representantes, desejar-vos as bem-vindas, espero que estejam bem no Porto, que se sintam bem, queremos que também esta casa no Porto seja vossa e que tenham aqui uma agradável estada. Relativamente a esta assembleia de hoje, que já se iniciou, aquilo que espero é que seja um espaço de debate, um espaço amplo com elevação, também com qualidade de discussão e que relativamente ao relatório de gestão e demonstrações financeiras que naturalmente se discutam aquilo que de bom foi feito e aquilo que se pode fazer de melhor. Por isso aquilo que desejo a todos é que tenhamos uma boa sessão, uma sessão saudável e que continuemos a elevar a nossa Ordem profissional.”* -----

Dada a palavra à Sr.^a Representante Maria José de Almeida, esta declarou que, citamos, *“Os colegas anteriores já disseram tudo o que eu tinha para dizer, portanto, eu não quero intervir, eu declino, está bem Sr. Presidente?”* -----

Seguidamente, foi dada a palavra à Sr.^a Bastonária, para responder às interpelações que lhe tinham sido dirigidas. -----

No uso da palavra, a Sr.^a Bastonária endereçou as primeiras palavras ao Sr. Representante Vítor Vicente, lamentando a sua perda. Quanto à questão que colocou, que considerou muito pertinente, lembrou que o justo impedimento foi uma das conquistas da Ordem e concordou que, efetivamente, cinco dias não são suficientes. De seguida, esclareceu, o que consta do Código do Trabalho, tendo sido, entretanto, sensibilizado o Governo para que, o justo impedimento acompanhe também a alteração entretanto ocorrida no CT, e espera-se que tal alteração passe a constar do novo Estatuto. Apesar dos cinco dias ser um prazo realmente curto, já se encontra espelhado na lei, citamos, *“tem toda a razão que cinco dias não chegam, vinte dias provavelmente nunca serão suficientes, mas é melhor mesmo os cinco dias do que não ter nada”*, como até há pouco tempo se verificava e recordou alguns acontecimentos pessoais vivenciados sobre factos idênticos ao relato do Sr. Representante. -----

Relativamente à questão do colega Vítor Martins, a Sr.^a Bastonária salientou que, no seu entender, o artigo 40.º do Estatuto encontra-se revogado, tacitamente, com a entrada em vigor da *lei das ordens*. Aliás, a norma transitória constante dessa lei, ainda não publicada, determina que no prazo de cento e vinte dias, após entrada em vigor da lei, será o Governo,

depois de ouvidas as associações públicas profissionais, a apresentar uma proposta de lei de alteração dos estatutos das associações públicas profissionais já criadas e, sendo assim, essa proposta de alteração não passará pela AR. -----

Respondendo a seguir à questão colocada pelo Sr. Representante Bruno Pereira sobre o Toconline, a Sr.^a Bastonária mencionou que o Sr. Representante não terá conhecimento da última versão da lei aprovada, a aguardar publicação, e lembrou que existe uma grande vontade de destruir o Toconline e de que a OCC deixe de ter esse software. Continuou garantindo que, enquanto liderar a OCC utilizará todos os argumentos, que na sua opinião são muito válidos, para, citamos, *“enquanto o código do IRC nos obrigar a ter que ter um programa informático, uma ferramenta informática para desempenhar a nossa atividade, nós não podemos só estar dependentes do mercado. E para além disso Portugal tem umas características muito especiais que é, as leis fiscais interferem nos sistemas informáticos que temos e estão constantemente a pedir alterações e, por isso, é que há uma lei também que permite que o próprio Estado tenha programas de faturação, como também entidades públicas, porque de facto dentro destas obrigatoriedades é justo que o Estado também disponibilize esses meios. Nunca avançou, só temos ainda os chamados recibos verdes, mas a verdade é que isso está previsto na lei, o Estado já podia ter desenvolvido, aliás, quando iniciou o Toconline foi precisamente por causa dessa questão.”* Mais esclareceu a Sr.^a Bastonária que, o artigo que foi chamado à colação pelo Sr. Representante determinava que, não só não se podia exercer qualquer atividade de natureza comercial, como também nem formação poderia ser ministrada, o que contrariava, obviamente, o espírito e função das associações profissionais, mas essa norma caiu, muito graças ao trabalho desenvolvido pela Ordem. Ainda assim, relativamente ao Toconline a Ordem teria outras soluções, já no que respeita à formação, o panorama era distinto, pois, a instituição ministra formações em todo o país. -----

Em relação aos reduzidos honorários praticados e à concorrência desleal, temas aventados pela Sr.^a Representante Teresa Eva, a Sr.^a Bastonária afirmou que, citamos, *“é um problema que temos, sem dúvida que é o problema da profissão, é um problema que a Ordem obviamente que, com a certificação de qualidade e com tudo o que queremos, poderá intervir de alguma forma mas têm que ser os profissionais a unir-se e a trabalhar, eu acho que já disponibilizamos muitas ferramentas, formação específica para que os*

contabilistas certificados saibam acima de tudo ser empresários, porque também precisam de o ser”, além de que, é um problema que esbarra com muitas limitações a nível estatutário, porque não são permitidos honorários nem mínimos, nem de referência, nem quaisquer tabelas, acrescentou a Sr.^a Bastonária. Quando o Conselho Diretivo tomou posse, informou a Sr.^a Bastonária, um dos objetivos era, não o estabelecimento de honorários mínimos, mas arranjar uma forma para determinar o custo da execução da contabilidade, tendo sido constituída uma equipa de trabalho para o efeito e, só por isso, a situação foi logo denunciada. Prosseguiu, afirmando, *“eu não percebo qual é o interesse porque se todos tivéssemos honorários melhores e a concorrência entre nós fosse saudável estaríamos todos melhores e principalmente estaríamos todos a trabalhar melhor que é a grande preocupação associada aos honorários baixos. É que, será que os contabilistas que têm honorários baixos todos estão a trabalhar bem?”* A certificação de qualidade tem de ser um passo importante, afirmou. Quanto à existência de muitas obrigações a cargo dos contabilistas, a Sr.^a Bastonária lembrou que as obrigações que existem são para as empresas e em, citamos, *“(...) primeiro lugar, as obrigações que existem são para as empresas e eu não vejo nunca as associações empresariais discutirem estas questões, vejo-as porem documentos, mas não as vejo conseguir concretizar nada!”*, sendo os contabilistas contratados para as cumprir porque as empresas, só por si, não as conseguem garantir ou executar. O Estado aumenta as obrigações, as empresas sabem que os contabilistas asseguram. Está bem para todos, menos para o contabilista, que cada vez executa mais serviços e não é remunerado em conformidade. Cada contabilista, afirmou a Sr.^a Bastonária, terá de gerir as tarefas e saber impor-se. Informou também que, a OCC já fez um estudo sobre as obrigações burocráticas a cumprir - que são um exagero e o seu número deveria ser reduzido - e partilhou-o com o Estado, no âmbito da modernização administrativa. Do ponto de vista da ótica do contabilista certificado, seria uma oportunidade para cobrar por tarefas que não são da sua exclusiva competência, mas que acabam por lhe ser assacadas e uma ordem profissional também deve assegurar que esse trabalho seja feito por profissionais qualificados garantindo o interesse público, mesmo não sendo das suas competências exclusivas. Quanto à questão das dificuldades e da sobrevivência das empresas, as associações empresariais têm de intervir, é um problema de fundo do país, de excesso de

burocracia e de obrigações, que nunca foi verdadeiramente discutido. Dentro daquilo que, muitas vezes nem sequer é o papel da Ordem, a instituição tenta diminuir e concentrar obrigações junto dos ministérios com os quais lida direta e diariamente. Paulatinamente, mas muito lentamente, vão-se conseguindo pequenas vitórias. No que toca aos portais inoperacionais, depois dos honorários, é a grande preocupação da Ordem, garantiu a Sr.^a Bastonária. Os portais deviam estar sempre operacionais, é inadmissível e preocupante que não estejam, afirmou, enquanto Bastonária, no entanto, os contabilistas certificados têm de saber gerir as suas expectativas. Referiu-se ainda à questionada segurança do Toconline, assegurando que, a Ordem tudo faz para que seja seguro, à semelhança dos grandes sites. -----

Concluiu a sua intervenção, agradecendo ao Sr. Representante Paulo Anjos pelo acolhimento no Porto, bem como aos outros membros da AR do Círculo do Porto e a todos os colegas do Porto presentes. -----

Esgotado o período de **antes da ordem do dia** passou-se de imediato ao **ponto 1** (um) da **ordem do dia**, *aprovação da ata da reunião de 17 de dezembro de 2022*, versão atualizada após os reparos acolhidos, que foi entregue aos Srs. Representantes quando da acreditação e publicada no site da Ordem, informou o Sr. Presidente da MAR, mais propondo a dispensa da leitura já que, também, foi oportunamente enviada a todos os Srs. Representantes e alertou que, os Srs. Representantes que tinham acabado de tomar posse estavam impedidos de votar, nos termos do número 3 do artigo 34.º do CPA. -----

Logo pediu a palavra a Sr.^a Representante Vanda Filipa da Conceição Sousa, CC 91409, do Círculo Eleitoral de Leiria, que não tinha estado presente na assembleia anterior, mas esteve representada, para questionar se estaria habilitada a votar ou não. Após ter recebido as competentes indicações junto dos assessores jurídicos presentes, o Sr. Presidente da MAR esclareceu que, apenas estava impossibilitado de votar quem não tinha participado, isto é, quem não tinha estado presente, nem representado.-----

Passando-se à votação e após a correspondente verificação dos votos, a ata da AR de 17 de dezembro de 2022, foi aprovada, por maioria, com a seguinte votação: -----

-Votos contra: 0 (zero).-----

-Abstenções: 1 (um); Presenciais: 0 (zero); à distância: 1 (um).-----

-Votos a favor: 82 (oitenta e dois); Presenciais: 73; (setenta e três); à distância: 9 (nove).

De imediato, o Sr. Presidente da MAR seguiu para o **ponto 2** (dois) da **ordem do dia**, *discussão e votação do relatório e contas do exercício de 2022*, convidando a Sr.^a Bastonária ao uso da palavra para a apresentação do documento. -----

No uso da palavra, a Sr.^a Bastonária declarou que lhe era muito difícil apresentar aquele relatório e contas e, ainda, que, iria iniciar a sua exposição pelos aspetos negativos. Assim, continuou afirmando que, *“nenhum gestor e ninguém que seja responsável gosta de apresentar este relatório e contas com um milhão cento e cinquenta e sete euros de resultado negativo. Lamento muito, peço desculpa em meu nome e de todo o conselho diretivo de termos tido este resultado e de vos estarmos a apresentar este resultado”*. Para mais esclarecedora leitura da informação a Sr.^a Bastonária acompanhou o seu discurso com uma apresentação gráfica utilizando o programa *Microsoft PowerPoint*. Continuando disse que, foi um ano difícil e extremamente desafiante, em que se tentou contrariar o aumento de gastos, mas não o suficiente para evitar um resultado negativo e que as despesas foram realizadas com a consciência de que existia tesouraria e que não seria posta em causa a sustentabilidade da Ordem. Este relatório e contas *“expressa as contas, as verdadeiras contas da Ordem e isso para nós é o mais relevante”*. Sublinhou que, o ano de dois mil e vinte e dois foi um ano cheio de desafios e cheio de indefinições, cujas consequências se refletem no resultado apresentado, mas esse resultado, reflete também, ao mesmo tempo, o sucesso do Conselho Diretivo, pela cada vez maior procura em relação aos serviços e aos eventos da Ordem e que, não querendo defraudar expectativas, os gastos acabam por acompanhar esse crescimento. Lembrou as quase duas mil e trezentas pessoas que estiveram no encontro dos contabilistas e que foi ótima a participação das oito mil pessoas no congresso, todavia e em relação a este, que, a partir das mil, mil e quinhentas pessoas, pelo acréscimo excepcional das estruturas, o prejuízo duplica, asseverou a Sr.^a Bastonária. Ainda em relação ao congresso, esclareceu que, atingiu níveis nunca antes alcançados e que, a OCC foi, sucessivamente, abrindo inscrições para que as pessoas não se sentissem defraudadas. Foi o custo do sucesso, da proximidade dos membros e, na sua opinião, da satisfação destes para com o Conselho Diretivo. Lembrou que, no congresso de 2019 estiveram presentes três mil trezentos e sessenta e oito membros e que, em 2022, foram oito mil e noventa e quatro. Referindo-se a custos e fazendo uma avaliação proporcional em relação aos dois últimos congressos,

informou que, no congresso de 2019, sem os aumentos de preços brutais entretanto verificados, atingiu-se um milhão e noventa e três mil euros, o que, dividindo essa quantia pelo número de participantes e abatendo o que cada participante pagou, a parte que a Ordem suportou foi de duzentos e quarenta e dois euros e sessenta e dois cêntimos por cada participante, enquanto que, lidas as contas do congresso de 2022, se conclui que, a Ordem suportou cento e oitenta e quatro euros, portanto, quase menos sessenta euros por participante, no entanto, o número de participantes foi substancialmente mais elevado. Acrescentou que, o custo do congresso foi de cerca de um milhão e seiscentos e sessenta e cinco mil euros, e que está dividido basicamente em três rubricas, o arrendamento do espaço do Altice Arena, o catering e os audiovisuais como se pode verificar, com mais detalhe, no relatório. O espetáculo da contabilidade, que foi um espetáculo lindíssimo, frisou a Sr.^a Bastonária, recriado, feito à medida e pensado nos contabilistas certificados, ascendeu a cerca de setenta mil euros, não sendo, pois, significativo face a um milhão e seiscentos mil euros. O mais dispendioso, disse, foi garantir que oito mil pessoas ouvem, veem e estão em condições de segurança, por isso, cada vez que aumentavam as inscrições aumentavam as preocupações. -----

Referiu os eventos de convívio realizados pela OCC – citou o encontro nacional dos contabilistas e a festa de Natal - com vista à promoção da confraternização, da proximidade e da união, com os quais, disse, alguns contabilistas não concordam, mas que têm sido essas as opções do Conselho Diretivo, eventos que constam do plano de atividades, documento anualmente apresentado à AR e por ela votado. Na sua opinião e na opinião do Conselho Diretivo, transmitiu a Sr.^a Bastonária, os momentos de convívio são tão ou mais importantes que os momentos de trabalho, pelo que, o custo de um milhão e seiscentos mil euros do congresso, momento marcante de 2022, constitui, no seu entender, um investimento, e que a grande maioria dos participantes gostou, opinião expressa pelos mais de noventa e nove por cento dos participantes inquiridos, os quais consideraram o congresso muito bom. -----

Referiu também que, a entrada em funcionamento normal de todos dos serviços pós-pandemia e a quantidade de formações disponibilizadas, fez com que aumentassem desmesuradamente os gastos com formadores e com as deslocações e estadias. Acrescentou que, o último trimestre foi o mais difícil, que culminou com a cerimónia de

entrega das medalhas de 25 anos de inscrição na OCC, em todos os distritos do país, evento que causou grande impacto nos membros, mas com um retorno extraordinário e que se vai repetir em 2023, e, citamos, “*nada chega àquilo que sentimos e vivemos na entrega das medalhas (...) fisicamente muito exigente, mas valeu cada momento de cansaço*”, sublinhou. Destacou a aquisição da representação em Braga que, atendendo a que é o distrito com mais membros a participar presencialmente nos eventos promovidos pela OCC, designadamente, nas reuniões livres, impunha-se dispor de um espaço adequado, dispondo agora, efetivamente, de um sítio fantástico, que transmite outro tipo de serenidade, conjugando com o facto de ter um pavilhão já em funcionamento permitindo ali, desde já, a realização das reuniões livres, não sendo aquele pavilhão o projeto futuro mas sim construir numa das áreas do terreno um auditório para aproximadamente seiscentas pessoas, porque Braga precisa, de facto, desse auditório para garantir, por exemplo, a realização de uma formação eventual, ainda que desdobrada em mais do que um dia. Devido ao elevado número de participantes a OCC tem estado muito condicionada, e com dificuldade, em encontrar espaços para arrendar, e assim, com a construção do auditório, a par da possibilidade de estacionamento, serão também ultrapassadas essas dificuldades, acrescentou Sr.^a Bastonária. -----

A Sr.^a Bastonária continuou a sua intervenção destacando vários acontecimentos promovidos ou participados pela OCC no ano de 2022, e lembrou o protocolo entre a OCC e o Recuperar Portugal, com vista ao apoio no âmbito do PRR, havendo colegas que já estavam a responder ao concurso, sendo chamados para a verificação das despesas do Estado; a realização do primeiro encontro insular de contabilistas certificados na Madeira, idealizado para se realizar de dois em dois anos, devendo o próximo ser nos Açores, o qual teve, naturalmente, custos associados, designadamente, com a realização do próprio evento e com a deslocação dos colaboradores da Ordem, para a conceção do mesmo; em dois mil e vinte e dois, pela primeira vez, existiu um mês sem obrigações para os contabilistas, incluindo as contributivas que foram introduzidas no orçamento de Estado para dois mil e vinte e dois a tempo de entrar em vigor ainda em agosto; realizou-se o décimo sexto Encontro Nacional dos Contabilistas Certificados, na Quinta da Malafaia, que foi o maior de sempre, estiveram presentes duas mil e cem pessoas que, nas demonstrações financeiras, significam gastos, mas na ligação humana significam um

investimento; realizou-se em Portugal, organizado pela OCC, o quarto encontro do IPSASB (*International Public Sector Accounting Standards Board*), a conferência do setor público, que foi o mais importante evento deste regulador internacional; em dois mil e vinte e dois, foi lançada a inovadora plataforma de formação profissional, o CCCLIX, que está finalmente a funcionar, quase a cem por cento, faltando ultrapassar a questão técnica de atribuição dos créditos; o início do processo da certificação de qualidade com a elaboração do manual para implementação nos vários escritórios e gabinetes, bem como o lançamento do questionário, que ficou aquém das expectativas, lamentou a Sr.^a Bastonária, referindo que há uma grande falta de respeito pela Ordem, porque o prazo de resposta ao questionário foi adiado até março e, mesmo assim, muitos contabilistas nada disseram e lembrou que, esse feedback constitui uma obrigação estatutária e dessa inércia terão que se retirar as devidas consequências e a Ordem poderá atuar disciplinarmente, porque além da obrigação estatutária há decisões para as quais é importante a colaboração de todos, afirmou perentoriamente; o lançamento do novo site e app da OCC, estando o SICCC também disponível na app, facilitando o uso daquela ferramenta tão importante para o trabalho diários dos contabilistas, facto que qualificou de fantástico; a sondagem realizada para avaliar uma proposta do Conselho Diretivo sobre o aumento das quotas *versus* formação – à distância - gratuita, formação essa que está a ter um sucesso enorme, garantiu a Sr.^a Bastonária, porque se constata que, todos os dias, há mais pessoas a assistirem aos vídeos, incluindo das reuniões livres. Acrescentou que, a plataforma foi divulgada em setembro, no congresso, e atualmente, para além do acesso do contabilista certificado, este pode disponibilizar o acesso também aos seus colaboradores. -----

De seguida, a Sr.^a Bastonária referiu-se ao trabalho desenvolvido pelos serviços da OCC aos membros. Evidenciou as cento e duas mil setecentas e oitenta e três questões recebidas através da Pasta CC, o que se traduziu em imensas mensagens para despachar por cada um dos departamentos a que as questões respeitavam, estando tudo desmaterializado, quer a receção seja por carta, ou seja por e-mail, são encaminhados para a Pasta CC, pelo que, em termos dos departamentos, não há praticamente papel, com o objetivo de possibilitar o trabalho completamente à distância e sem a necessidade de impressão de documentos. Olhando para o gráfico a Sr.^a Bastonária destacou o crescimento

desmesurado do número de questões recebidas em comparação com a enorme diminuição do tempo de resposta. Informou que, todos os dias, é emitido, automaticamente, um relatório com a estatística da Pasta CC, por forma a identificar atrasos e promover a obtenção de uma resposta célere. Mais esclareceu que, pese embora o número de questões tenha aumentado imenso, o número de colaboradores da Ordem não aumentou na mesma proporção, foram efetivamente mais pessoas contratadas, mas longe do crescimento do número de pedidos espelhados no relatório e contas. De seguida remeteu para a página sessenta e um do relatório, acrescentado que, no ano de dois mil e vinte e dois, foram proferidos dezanove mil quatrocentos e setenta e três pareceres escritos, denotando-se uma ligeira diminuição face a dois mil e vinte e um, mas um crescimento - o dobro - face a dois mil e dezanove, sendo que, a diminuição em relação a dois mil e vinte e um não é significativa e deveu-se ao facto de que, em dois mil e vinte e um, muitas das questões estarem relacionadas com a pandemia, e assim objeto de respostas idênticas. Destacou também os atendimentos telefónicos que foram trinta e um mil quinhentos e setenta e um. Acrescentou ainda que, o acréscimo dos custos neste âmbito também se espelha na necessidade de recurso a consultores externos para a emissão de pareceres, dado que o número de questões colocadas é imenso e o assegurar de prazos de resposta um compromisso. Comparar nove mil com dezanove mil é uma diferença abissal. ----- Referindo-se ao Toconline informou que, foram prestadas vinte e sete mil respostas escritas e realizados vinte e oito mil atendimentos telefónicos. *“Realmente só quando olhamos para os números é que percebemos a dimensão da nossa casa, a dimensão do trabalho que se faz ali todos os dias e que tem custos”*, citamos. Destacou que a Ordem não diminuiu nada em termos dos serviços prestados aos membros, ao invés, aumentou-os, o que acarreta consequências. Chamou a seguir a atenção para os quadros e mapas referentes à formação que o *PowerPoint* utilizado apresentava, e afirmou que, citamos, *“os números são, mais uma vez, desmesurados,”* e, acrescentou que, aqueles números significavam crescimento e que o mesmo não é possível sem custos, sem gastos e sem investimento. Foi um ano desafiante, e apesar do resultado apresentado há a consciência de que não foi posta em causa a sustentabilidade da Ordem, afiançou a Sr.^a Bastonária. A Sr.^a Bastonária continuou a sua intervenção lembrando que, quando da aprovação do plano de atividades e orçamento para o ano de dois mil e vinte dois, alguns colegas se

pronunciaram em relação ao aumento em alguns gastos que constavam daquele plano, gastos que, posteriormente, na execução, até se verificam superiores. À data, continuou a Sr.^a Bastonária, estava prevista a venda dos imóveis da Avenida 24 de julho e da Avenida Gago Coutinho, e como a venda não se concretizou, a mais-valia de quatro milhões prevista também não se realizou, sendo que essa quantia daria cobertura a muitos dos investimentos que foram realizados durante o ano de dois mil e vinte e dois. Quando, na ocasião, surgiu a questão de se saber o que ia acontecer se não se vendessem os imóveis, respondeu-se que, citamos, *“vamos diminuir alguns dos investimentos porque muitos deles só podem ser feitos com o resultado desta venda”*, acrescentando que, com a consciência de que existia tesouraria e almofada financeira, não foi deixada praticamente nenhuma das propostas por executar, à exceção das clínicas. Ainda, porque a sustentabilidade financeira existente o permitiu, avançou-se com o site, com a App, com o CCCLIX e com a compra de Braga, sendo que, esclareceu, algumas dessas realizações não se encontravam refletidas nas contas como gastos, mas sim como investimentos, conscientes da capacidade financeira existente, muito condicionada por não terem sido vendidos aqueles dois edifícios, e sempre sob o compromisso de não endividar mais a Ordem, não recorrendo a financiamentos. -----

A Sr.^a Bastonária continuou afirmando que o relatório e contas era um documento completamente explícito e aproveitou para, citamos, *“dar aqui os parabéns à Dra. Cristina Pena Silva que é a tesoureira e responsável também por todo este trabalho, à nossa contabilista certificada e ao departamento de contabilidade, Ana Teresa e André (...) e ao Conselho Fiscal que nos apoiou todo o ano nestas vicissitudes que tivemos e dentro da nossa colaboração estreita que temos tudo correu bem para acompanharmos tudo isto e que é fundamental para a apresentação deste relatório, como todos sabem. O João Pedro que desenvolve e que faz a nossa ponte entre serviços da Ordem e números. E, portanto, resultou neste relatório que eu acho que traduz muito bem tudo aquilo que fizemos. Tentamos ser os mais explicativos, podemos falhar, podíamos fazer melhor, podemos pôr mais um mapa, menos outro mapa...”*. Outro dos pontos geradores de orgulho, era o número de visualizações das reuniões livres no ano dois mil e vinte e dois, que ascendeu a quatrocentos e noventa e seis mil setecentas e seis, não entendendo que isso significasse que as reuniões livres e as formações presenciais fossem postas em

causa, certificou a Sr.^a Bastonária, porque a OCC está presente em quarenta localidades para as reuniões presenciais, sendo ainda certo que a presença nas reuniões livre é gratuita, o que constitui, também, e só por si, um prejuízo pelo gasto substancial que a sua realização pondera nas contas anuais, mas é uma forma de os colegas terem acesso à informação tempestiva e objetiva, principalmente aqueles que gostam e valorizam esse formato e comparecem pessoalmente nos locais. Informou também que, o acesso ao site da OCC também tem tido um crescimento muito grande. -----

Referindo-se às questões que os membros colocaram à OCC, informou que tanto o tempo médio de resposta como a avaliação dos membros são importantes para a OCC, acrescentando que a avaliação média foi de quatro ponto oito, o que significa que, os esclarecimentos prestados pela Ordem satisfazem muito os contabilistas certificados e é o melhor barómetro para se poder melhorar e alterar naquilo que está menos bem. Referiu-se também a avaliação dos eventos realizados pela OCC, mencionando, por exemplo, o Congresso. Acrescentou que foram entregues, presencialmente, em todo o país, oito mil duzentas e setenta e cinco medalhas. -----

Quanto aos aspetos menos positivos, segundo a Sr.^a Bastonária, traduziram-se principalmente na redução dos fundos patrimoniais e na subida do passivo, e no crescimento da dívida a fornecedores, sublinhado que aquele não era, realmente, o balanço que gostaria de apresentar. Referindo-se a seguir a rácios, mencionou a autonomia financeira, que desceu ligeiramente, bem como a solvabilidade, que reduziu de dois ponto trinta e cinco para um ponto setenta e oito, sendo este para recuperar no imediato. Em termos de liquidez geral, o rácio também desceu, constatando-se, todavia, que, nesse âmbito, mesmo após esta variação negativa, as contas ainda mostravam números muitíssimo bons, mas o objetivo não era descer, mas sim subir, melhorar e não foi isso que aconteceu no ano em apreço. As disponibilidades, disse a Sr.^a Bastonária, também desceram, no entanto, acrescentou, o montante das dívidas dos membros nunca foi tão baixo como à data do balanço de dois mil e vinte e dois, o que constituiu um fator favorável e merecedor de destaque. Continuando a sua intervenção de análise à demonstração de resultados, a Sra. Bastonária destacou que, pela primeira vez os rendimentos excederam os vinte milhões, acrescentando, citamos, *“isto correu mal em termos de gasto, mas correu muito bem em termos de rendimentos. Mas ainda assim os*

gastos superaram o grande aumento dos rendimentos que tivemos. Foi um ano muito invulgar para tudo, aumentámos rendimentos, aumentámos gastos, o resultado, enfim, não foi o desejável.” E sublinhando que, tendo sido um ano invulgar, todavia teve muitas coisas positivas, resultando por isso, também, num ano de aprendizagem. -----

Referiu-se a seguir ao endividamento, afirmando que o objetivo continua a ser a sua diminuição, facto evidenciado pelos números de cuja leitura se verifica que, desde dois mil e dezassete até ao presente balanço, a redução foi de cinquenta e cinco vírgula sete por cento, sendo naquela ocasião, e referindo-se a endividamento perante instituições bancárias, de aproximadamente quatro milhões quinhentos e sete mil euros, valor que não considerava significativo para o que é a atividade da instituição e os seus ativos. ---

De seguida, a Sr.^a Bastonária, destacou o mapa da contratação pública apresentado no suporte *PowerPoint* utilizado, afirmando que os procedimentos foram realizados com todo o rigor e assim se pretende continuar, mas assinalou que, apesar dos preços obtidos continuarem a ser mais baixos, já a qualidade deixa muito a desejar, desvirtuando-se o desejado conceito de poupança e concluindo que, citamos, *“A contratação pública está a destruir a qualidade de tudo. Mas vamos ver como é que se consegue o equilíbrio nestas questões.”* -----

Continuando a sua intervenção e perante o constante dos diapositivos exibidos que se referiam aos valores orçados e executados nos períodos de 2021 e 2022, fez a comparabilidade entre ambos e relativamente aos desvios que os mapas evidenciavam, sinalizando as respetivas percentagens, salientou que estes tiveram a ver com o aumento dos gastos. Ainda assim, a Sr.^a Bastonária chamou à atenção para alguns desses mapas, destacando o custo da eletricidade que, aumentou de cento e três mil euros em dois mil e vinte e um, para duzentos e sessenta e um mil euros em dois mil e vinte e dois e que, apesar de estar orçamentada uma ligeira subida, esta esteve longe do aumento verificado, por exemplo, em Lisboa, na sede, apesar das melhorias de eficiência energética e do consumo ter diminuído o custo foi de setenta e oito mil euros. Referiu também o aumento verificado no seguro de saúde, mais trezentos e setenta e nove mil euros do que em dois mil e vinte e um, bem como o seguro de responsabilidade civil que aumentou sessenta e um mil euros, esperando-se, disse, que este fique controlado a longo prazo, em virtude da Lei 7/2021. Os gastos com serviços bancários mereceram também o destaque da Sr.^a

Bastonária devido ao aumento de cinquenta e seis mil euros, que não era expectável. Acrescentou que, só nestas quatro rúbricas de despesas, que não tiveram a ver com o congresso, verificou-se um incremento de seiscentos e cinquenta e cinco mil euros face a dois mil e vinte e um e de trezentos e noventa e dois mil euros face ao orçamentado. Em relação ao Toconline, referiu o crescimento enorme nos rendimentos, mas também assinalou um crescimento de seiscentos e cinquenta mil euros nos custos face ao ano de dois mil e vinte e um, sendo que, enfatizou a Sr.^a Bastonária, apenas naquelas cinco rubricas o aumento dos custos ascendeu a mais de um milhão de euros, reiterando que estes em nada se relacionaram com festas e eventos, mas tão só com a subida dos custos, situações não controláveis pela OCC. -----

Seguidamente a Sr.^a Bastonária, destacou o constante de outro diapositivo que continha um mapa demonstrativo dos gastos com os órgãos sociais e com os trabalhadores da OCC, cuja variação considerou não ser significativa, porque, citamos, *“temos tido a preocupação de aumentar os colaboradores para manter a sua eficiência e como viram, cada vez mais, os recursos não duplicaram, mas a procura dos serviços da Ordem quase que triplicaram e isso para nós é uma grande preocupação”*, e alertou que a capacidade de resposta está no limite. Continuando, agradeceu a todos os colaboradores da OCC a dedicação e o trabalho desenvolvido, que permitiram alcançar tais objetivos, sublinhando que, citamos, *“a nossa preocupação desde que tomamos posse foi fazer o inverso daquilo que às vezes se faz como política, foi sempre aumentar e valorizar os colaboradores e não os órgãos sociais, são políticas, foi isso que fizemos e é isso que temos sempre a preocupação de fazer.”* -----

Em relação aos investimentos, salientou a aquisição em Braga e a evolução da representação de Viana do Castelo, local com obras em curso e a aguardar aprovação do Município. Referiu-se também ao projeto dos livros da contabilidade, iniciado ainda com o Bastonário Sr. Domingos Azevedo que, finalmente, esclareceu a Sr.^a Bastonária, terminou agora. Referindo-se aos imóveis da Avenida Almirante Gago Coutinho e da 24 de Julho, mostrou preocupação com as ocupações abusivas no primeiro e as obras de que o segundo carece e esclareceu que continuam para venda, esperando-se que sejam concretizadas rapidamente. -----

Antes de terminar a sua intervenção, referiu-se às contas da OCC de 2023 que, segundo a informação conhecida até ao mês de fevereiro, já se verificava um resultado positivo, prometendo tudo fazer para tal se manter e, nesse sentido, lembrou a redução de alguns custos que a OCC pode controlar, por exemplo, com as deslocações, o valor do quilómetro aos formadores e aos órgãos e também o valor das refeições, embora se reconheça, disse a Sr.^a Bastonária, que não cobre minimamente o aumento até então verificado em tais despesas, mas teria que se conseguir o equilíbrio financeiro da OCC para o qual era necessário o contributo de todos. -----

Terminando a sua intervenção, a Sr.^a Bastonária reiterou que o valor negativo de um milhão cento e cinquenta e sete mil seiscientos e sessenta e um mil euros, espelhado no relatório e contas de dois mil e vinte e dois, foi especialmente influenciado pela subida acentuada dos preços, e solicitou à AR que o mesmo fosse aprovado, porque transmitia a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e do desempenho e que, o resultado negativo de um milhão negativo cento e cinquenta e sete mil seiscientos e sessenta e um ponto treze fosse transferido para a conta de resultados transitados. -----

Ainda e em jeito de conclusão, a Sr.^a Bastonária, em seu nome e do Conselho Diretivo, agradeceu, citamos, *“o trabalho, dedicação e empenho de todos os colaboradores internos e externos da Ordem que contribuíram de forma crucial para a concretização dos resultados alcançados e muito obrigada a todos por este tempo que me permitiram explicar os resultados que não são aqueles que seriam desejáveis.”* -----

De imediato, o Sr. Presidente da MAR deu a palavra ao Sr. Presidente do Conselho Fiscal, para este se pronunciar sobre o documento em discussão. -----

O Sr. Presidente do Conselho Fiscal após cumprimentar todos os presentes afirmou, citamos, *“O Conselho Fiscal desta vez optou por não preparar slides, a mensagem do Conselho Fiscal é curta, é conhecida, está no relatório e seria fastidioso eu estar aqui a apresentar-vos slides, mas ainda assim eu vou usar da palavra durante três ou quatro minutos, não mais do que isso (...) eu vou ser relativamente rápido. Só para vos dar algum conforto adicional relativamente às contas e, esse conforto adicional, pode ser dado partilhando um pouco convosco aquilo que são os nossos procedimentos. Portanto, os procedimentos do Conselho Fiscal são aqueles que normalmente são considerados como as boas práticas dos concelhos fiscais e nesse sentido nós temos um conjunto de*

atividades que eu diria que são atividades próprias e que vamos fazendo ao longo de todo o ano e que consistem em efetuar um conjunto de revisões analíticas às contas, um conjunto de indagações aos serviços, ao Conselho Diretivo, um conjunto de inspeções documentais, à documentação que suporta a nossa contabilidade. Para além disso procuramos acompanhar a vida da instituição e fazemos isso através do acompanhamento dos eventos, através da leitura das atas, através da revisão dos relatórios intercalares relativamente aos quais também contribuimos com algumas sugestões. Avaliamos e este aspeto é muito importante e, portanto, está subjacente também à mensagem da Sra. Bastonária, avaliamos a adequação e a boa aplicação das políticas contabilísticas e a sua divulgação. Nós somos todos contabilistas certificados e, portanto, eu estou certo que todos entendem que o nosso anexo é um anexo de qualidade em que as políticas contabilísticas estão adequadamente referidas e divulgadas e além disso quando termina o ano, como é óbvio, revimos os documentos de prestação de contas e apresentamos uma série de sugestões de melhoria. Para além disso dar-vos nota, não é nada de novo e portanto estou só a fazer aqui uma síntese, de que a nossa Ordem dentro das regras designadas regras de corporate governance, tem aquilo que normalmente se chama o modelo reforçado de fiscalização em que temos um Conselho Fiscal e para além do Conselho Fiscal temos uma sociedade de revisores oficiais de contas que faz a auditoria às contas e, para além dos procedimentos que nós próprios desenvolvemos, acompanhamos também todo o processo da auditoria, conforme os colegas sabem é feita pela BDO. E relativamente a isso, eu gostava de deixar duas ou três notas, e que no fundo não é mais do que interpretar aquilo que é o trabalho da BDO e que está expresso na certificação legal das contas. A certificação legal das contas, conforme sabem, é sempre o último documento do relatório e têm aí o documento no relatório, apresentam uma opinião não modificada, significa o quê? Que não detetaram nenhuma distorção nos números que são apresentados e que conseguiram fazer todo o trabalho que é suposto fazer e por isso é que também não há nenhuma reserva por limitação de âmbito e, portanto, é importante dar esta nota. Gostava também de vos dar outra nota que eu acho que confere algum conforto adicional: os revisores oficiais de contas, conforme sabem, seguem um conjunto de normas e dentro dessas normas é obrigatório, é imperativo, que todos os erros, todas as distorções, ainda que elas não

sejam materiais, sejam levadas ao conhecimento quer do Conselho Diretivo quer do Conselho Fiscal, e dar-vos nota que, dentro dessa obrigação que o auditor tem, não trouxe ao nosso conhecimento qualquer tipo de distorção. Portanto, não são só questões críticas que não existem, mesmo questões menores também elas próprias não existem. E, em síntese, aquilo que eu gostaria de transmitir é que, nós, Conselho Fiscal, estamos confortáveis com as contas. Nós entendemos que as contas são transparentes. Gostava também de deixar uma última nota para dizer que é um privilégio enorme estar numa assembleia geral em que todos sabem contabilidade. Só acontece aqui! E, portanto, nós sabemos a dificuldade que é com os nossos interlocutores, enquanto contabilistas e enquanto auditores, para explicar a contabilidade, um instrumento que tem uma importância tão grande e normalmente há uma dificuldade tremenda em conseguirmos passar a mensagem. E porque é que é um privilégio enorme? Porque aqui não há essa dificuldade, somos todos especialistas em contabilidade. E quando eu digo que o Conselho Fiscal entende que as contas são transparentes eu sei que os colegas sabem que as contas são transparentes porque os colegas estão habituados a produzir contas, olham para o nosso relatório e contas e veem que o relatório e contas é feito com rigor, que tem qualidade e reúne aquilo que nós chamamos as características qualitativas das demonstrações financeiras e que eu me vou escusar a relembrar quais são. E, portanto, dito isto, e considerando que as contas são transparentes, o Conselho Fiscal é do parecer que elas devem ser aprovadas e que a proposta de aplicação de resultados também deverá ser aprovada. Por fim gostava de deixar aqui algumas palavras de agradecimento e a primeira delas vai para o meu antecessor e amigo Mário Guimarães a quem deixo aqui um abraço e um agradecimento pelo trabalho que desenvolveu no Conselho Fiscal até à sua saída, um trabalho importante e uma amizade que vai perdurar para a vida. O meu agradecimento também ao Conselho Fiscal, muito em particular à Sra. Bastonária e à Dra. Cristina Pena que estão sempre disponíveis para colaborar com o Conselho Fiscal, para esclarecer aquilo que se mostra necessário esclarecer e sobretudo para acolher eventuais sugestões de melhoria que nós vamos comunicando. E não me ficaria bem estar na Ordem dos contabilistas e estar aqui na qualidade Presidente do Conselho Fiscal e não deixar o último agradecimento à nossa contabilista, à Dra. Ana Teresa, que sem ela o Conselho Fiscal não funcionaria porque na prática é ela que nos alimenta,

porque é ela que nos dá os elementos para analisar. O meu muito obrigado a todos e uma boa tarde. -----

Dando continuidade aos trabalhos, o Sr. Presidente da MAR convidou o Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional para se pronunciar, querendo, sobre o relatório e contas, tendo este declarado que, sobre o Relatório e Contas, não tinha nenhuma referência a fazer. -- Posto isto, o Sr. Presidente da MAR, questionou se algum dos Srs. Representantes pretendia usar da palavra. Inscreveram-se, para se pronunciarem, os Srs. Representantes Rui Manuel Machado Ferreira, CC 3146, do Círculo Eleitoral de Lisboa; Emanuel Norberto Lourenço Silveira Cordeiro, CC 12255, do Círculo Eleitoral dos Açores; Carlos Augusto Cordeiro de Sousa, CC 90047, do Círculo Eleitoral de Setúbal; José Alberto de Brito Pereira, CC 30768, do Círculo Eleitoral de Faro; Vitor Lino Soares Martins, CC 24253, do Círculo Eleitoral de Lisboa; Rui Jorge Saavedra Magalhães, CC 2169, do Círculo Eleitoral do Porto; António Cerejo Moreira Caseiro, CC 280, do Círculo Eleitoral de Leiria; Pedro Nuno Bastos Lima, CC 43050, do Círculo Eleitoral de Aveiro; Bruno José Quelhas Henriques Pereira, CC 80 682, do Círculo Eleitoral de Lisboa; Daniel Pedro de Matos Albuquerque, CC 2403, do Círculo Eleitoral de Lisboa; Maria José de Almeida, CC 40619, do Círculo Eleitoral de Lisboa; Vitor Alexandre Lopes Pereira Vicente, CC 37094, do Círculo Eleitoral de Lisboa e Pedro Miguel Baptista Pinheiro, CC 70117, do Círculo Eleitoral de Lisboa. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Rui Ferreira, este começou por cumprimentar o Sr. Presidente da MAR e demais elementos da MAR; a Sr.^a Bastonária e todos os elementos do Conselho Diretivo; o Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional e restantes elementos; o Sr. Presidente do Conselho Fiscal e restantes elementos; todos os colegas representantes; todos os colegas presentes nas galerias e funcionários da OCC. Continuando a sua intervenção congratulou-se com o número de Contabilistas Certificados presentes nas galerias a assistir àquela AR e referindo-se ao relatório e contas sublinhou que, tal como a Sra. Bastonária havia dito, dever-se-ia ter uma visão integrada do resultado, assim, citamos, *“Este resultado não é um resultado que nenhum de nós efetivamente goste de ver mas como os colegas certamente devem ter reparado se somarmos os resultados dos últimos seis anos, a Ordem tem um resultado positivo de cinco milhões quatrocentos e dois mil euros”* o que correspondia a uma almofada

bastante boa e nada preocupante. A seguir lembrou a intervenção do Sr. Representante Vítor Lino Soares Martins na AR de discussão e votação do relatório e contas do ano anterior, onde aquele Sr. Representante afirmou que, na sua perspetiva, uma boa gestão da Ordem deveria traduzir contas à volta do zero, como evidência de colocação dos rendimentos gerados ao serviço dos seus membros, acrescentando, citamos, *“Eu não concordo com o colega nesta visão, exercício a exercício, porque se tivermos um exercício com um resultado menos simpático pode pôr em causa a continuidade da organização, mas efetivamente concordo com o colega naquilo que é uma visão de médio longo prazo”*, porque, na sua opinião, organizações como a OCC não existem para acumular fortunas e muitos valores em bancos, mas sim para prestar serviços aos seus membros. Assim, se obtidas rentabilidades muito elevadas nuns anos é perfeitamente defensável, e até desejável, que noutros não as tenha quando por motivo de colocação daqueles rendimentos ao serviço dos seus membros, pelo que, no seu entender, a Sr.^a Bastonária não precisaria de pedir desculpa pelo resultado do período porque o mesmo, era perfeitamente compreensível e aconteceu porque, citamos, *“(...) pôs ao serviço dos seus membros as rentabilidades que teve anteriormente, que a Sra. Bastonária já disse, o aumento geral dos custos,(...)”* e referiu, a seguir, o aumento do custo do seguro de saúde, o aumento dos gastos com o pessoal, o facto de não se ter verificado a venda dos imóveis e a despesa com o congresso, que muitos colegas consideraram um custo exagerado e com os quais ele não concordava, frisou. Findou a sua intervenção recordando uma reportagem transmitida pelo canal de televisão SIC, num dos seus programas de notícias em que foi dito, *“no aeroporto, como no orçamento, Marcelo Rebelo de Sousa pede estabilidade em tempos imprevisíveis. Já só faltava mesmo a fotografia de família para encerrar em grande um congresso de contabilistas imprevisivelmente animado”*. Sublinhou ainda que os congressos são importantes, pois contribuem também para que seja ultrapassada a ideia pré-concebida daquilo que é o contabilista, o conceito do indivíduo cinzento e, sendo considerado um investimento, na sua opinião, se calhar, até se justificava que o impacto económico não fosse integralmente reconhecido num único exercício, tal como aventou a Sr.^a Bastonária. -----

Antes de dar a palavra ao Sr. Representante Emanuel Cordeiro, o Sr. Presidente da MAR apelou à capacidade de síntese dos intervenientes, uma vez que catorze Srs. Representantes haviam solicitado o uso da palavra. -----

No uso da palavra, o Sr. Representante Emanuel Cordeiro, após cumprimentar o Sr. Presidente da MAR; a Sr.^a Bastonária e todos os presentes, lembrou que os resultados acontecem, citamos, “às vezes positivos, outras vezes menos positivos”, são resultados de exploração que resultam de acontecimentos passados e presentes ou daquilo que se quer e, conseqüentemente, se refletem nas contas do ano, e sublinhou ainda que, aquele resultado negativo não assusta os contabilistas açorianos. Referiu a importância do Congresso para os contabilistas e para a profissão, considerando-o, tal como afirmou o Sr. Representante que o antecedeu, um investimento. Lembrou ainda que, o mais preocupante não eram as contas, mas as ameaças que ali estavam retratadas, não do ponto de vista financeiro, mas aquelas não controláveis pela OCC ou do governo desta, as quais poderiam travar o que se está a fazer, citamos, “no trajeto de uma classe que se antes era cinzenta agora é a uma classe notada, necessária e um elo importantíssimo para todas as atividades empresariais.” Continuou afirmando que, tudo tem de ser feito para que o crescendo de qualidade e notoriedade da profissão se mantenha, e expressou o seu apreço ao Conselho Diretivo da OCC pelo contributo dado nesse caminho. Lembrou a seguir que o orçamento para o período de dois mil e vinte três havia sido oportunamente aprovado, prevendo resultados muito satisfatórios, referindo-se não só ao desempenho económico, citamos, “resultados muito satisfatórios para todos os contabilistas certificados”. Desejando a todos os colegas uma Santa Páscoa e um ano de dois mil e vinte e três com os maiores sucessos empresariais e pessoais, concluiu a sua exposição. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Carlos Sousa que, após cumprimentar o Sr. Presidente da MAR; a Sr.^a Bastonária; os Srs. Presidentes do Conselho Fiscal e Conselho Jurisdicional; os restantes membros dos órgãos; os colegas Representantes e demais participantes presentes, disse, citamos, “A Ordem tem como missão regular e disciplinar a profissão do contabilista certificado, com o objetivo de melhorar as condições para o exercício profissional, credibilizar e dignificar a classe e defender o interesse público da profissão e dos seus profissionais. Esta é a nossa missão. Quando aprovámos o plano de atividades e orçamento para dois mil e vinte e dois aprovámos um plano de medidas,

meios e recursos para levar a cabo a nossa missão. Ao analisarmos o relatório de contas de dois mil e vinte e dois verificámos que tivemos uma gestão transparente, que apesar das suas competências estatutárias realizou uma gestão participativa recorrendo à participação dos seus membros para a tomada de decisões importantes, como foi o caso das sondagens realizadas. Considero que as atividades realizadas durante o ano de dois mil e vinte e dois ultrapassaram tudo o que foi previsto para o cumprimento da nossa missão. Nas demonstrações financeiras verificamos um resultado negativo, mas seriamente justificado, conforme a Sr.^a Bastonária explanou. Estas são demonstrações financeiras, transparentes e claras que sem camuflar ou esconder números relatam as necessidades financeiras e os recursos utilizados na persecução da nossa missão. Dito isto considero estarem reunidas todas as condições para votar favoravelmente este relatório e contas com a certeza e rigor da verdade dos dados e números apresentados.”

Dada a palavra ao Sr. Representante José Alberto Pereira, este começou por cumprimentar o Sr. Presidente da MAR e restantes elementos; a Sr.^a Bastonária e restantes elementos do Conselho Diretivo; o Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional e restantes elementos; o Sr. Presidente do Conselho Fiscal e restantes elementos; os colegas representantes e os demais colegas presentes. Continuando a sua intervenção referiu que o prejuízo do exercício de dois mil e vinte e dois era insignificante tendo em conta todo um processo desenvolvido pela OCC nos últimos anos. De seguida elencou alguns dos serviços aos membros realizados no exercício em apreço tal como nos anos anteriores desde que a OCC é gerida pela atual Bastonária, destacando as, citamos, *“imensas intervenções técnicas, sociais, protocolos, intervenções associativas e aspetos mais formativos de destaque, o fornecimento anual dos manuais técnicos, muito importantes simuladores também, (...) o apoio por telefone, (...), dos diversos consultores desde jurídicos, fiscais, contabilistas, além das formações e reuniões livres e agora também o CCClick, que nos permite em qualquer lugar e a qualquer hora não perder nada do que foi importante de ordem técnica.”* Em análise ao relatório e contas, destacou o sétimo Congresso da OCC com tudo que de importante significou, tal como já ali havia sido dito e, também, a entrega das medalhas e o quão gratificante e comovente foi assistir à alegria dos colegas que as receberam, não só no congresso, citamos, *“um sacrifício com prazer da nossa bastonária estar ali imensas horas, (...), a dar a medalha a cada um e cada*

sorriso daqueles era importante receber”, como depois em todo o país e, citamos, “eu vi Faro, e Faro os colegas a falarem comigo e o prazer que eles tinham de ir receber a medalha das mãos da bastonária”. Em relação às contas do período disse que analisou três ou quatro situações, concluindo que nem tudo foi mal, pois, o volume de negócios, por exemplo, aumentou cerca de um milhão de euros e lembrou o facto de não terem sido concretizadas as alienações dos imóveis e, com isso, não realizadas as mais valias delas resultantes e o quão dependentes das mesmas estavam os resultados do período. Terminou destacando que, citamos, “o aspeto qualitativo foi muito mais importante que o aspeto quantitativo.” -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Vítor Martins que, após cumprimentar de novo todos os presentes, disse que, citamos, *“queria pura e simplesmente dizer que o discurso da nossa bastonária começou por manifestar o seu descontentamento pelo resultado e por pedir desculpa pelo resultado, o que eu acho que foi significativo. Depois dá para perceber que este resultado não tem nada de dramático e não tem rigorosamente nada a ver com o congresso em si. O congresso podia ter custado menos seiscentos mil euros, e o que é que nós tínhamos? Um resultado de seiscentos mil negativos. Não fazia grande diferença. E queria chamar a atenção para algo que é importante que a gente perceba em relação ao rigor e à clareza com que temos sido governados há cinco anos. Eu trouxe isto por causa de dizer o número da página, na página cento e cinquenta e três, no final da página, está uma coisa significativa para percebermos a clareza com que são feitas as nossas contas. Passivos por rendimentos a reconhecer, Toconline, dois milhões seiscentos e noventa e cinco mil euros. Para quem não saiba a nossa Ordem faz diferimento das receitas do Toconline, quando um membro paga uma licença em dezembro a totalidade da fatura é feita naquele momento, mas a parte que não corresponde ao mês de dezembro, se eu fizesse por um ano, só é considerado como receita um doze avos, se eu me enganei a Sra. Bastonária retifica-me. Onze doze avos são diferidos. Ora bem, dois milhões e seiscentos mil euros dava uma margem enorme para fazer uma grande figura, mas perder a seriedade com que têm sido feitas as nossas contas. É tudo.” -----*

Dada a palavra ao Sr. Representante Rui Saavedra que, afirmou sentir-se honrado em estar ali pela primeira vez e, sem individualizar, cumprimentou todos os presentes. Em

apreciação às contas, disse, citamos “(...) não pondo em causa a transparência das contas porque são transparentes e só sendo transparentes é que nos permitem também fazer algumas reflexões e é nessa base, exatamente nessa base, que eu vou fazer algumas reflexões. Primeira, relativamente ao imóvel de Braga, nós conseguimos perceber que ele foi adquirido com uma permuta de duas lojas, uma delas na Avenida da Boavista, no Porto ou na Rua da Boavista, mais concretamente e melhor. O que é que eu estava à espera de tentar perceber? Era qual era a mais valia com a venda dessa loja, uma vez que sendo uma loja numa zona privilegiada do Porto, sendo uma loja já com bastantes anos também, poderia, eventualmente, ter gerado alguma mais valia e confesso que nas contas eu não consegui descortinar. Por outro lado, se é verdade que nós encontramos um valor exagerado no que diz respeito... exagerado e correto, com certeza, no que diz respeito aos diferimentos passivos, não é menos verdade que encontramos um valor substancialmente significativo nos diferimentos ativos, entre os quais eu vejo que há um valor de medalhas no valor de trezentos e setenta e sete mil euros, de economato de cento e noventa e cinco mil euros e depois estão lá as agendas para dois mil e vinte e três também no valor de duzentos e trinta mil euros e a questão que se pode colocar é: durante quantos anos é que nós vamos ter medalhas? E este valor de economato que no ano anterior era de trinta mil euros porque é que aumentou para cento e noventa e cinco mil euros? Quanto à questão relacionada com o endividamento, eu peço desculpa, mas se calhar pela minha idade, eu olho para um balanço e o endividamento está no passivo e, portanto, nas contas um bocado à padeiro eu digo que o endividamento é o meu passivo e eu não consigo perceber como é que o endividamento diminui quando nós apresentamos o maior passivo desde dois mil e dezoito. De facto, se verificarmos, desde dois mil e dezoito até dois mil e vinte e dois, este de dois mil e vinte e dois é superior. Eu sei que provavelmente estaremos a falar de financiamento bancário e esse é inquestionável que diminuiu, mas também deixa de ser verdade que quando nós olhamos para a rubrica de fornecedores passou de quinhentos e oitenta e nove mil para um milhão oitocentos e quarenta e cinco mil, o que significa um acréscimo de um milhão e duzentos mil, isto é, cerca de duzentos e treze por cento. Portanto, é verdade que a dívida bancária continua a diminuir, mas há aqui um aumento exponencial da dívida a fornecedores. A questão do Toconline a Sra. Bastonária fez a questão e bem de salientar que não foram só os gastos

que aumentaram, também os rendimentos aumentaram e de facto o resultado do Toconline melhora cerca de vinte e dois por cento, isto é, entre rendimentos e gastos o valor é positivo em cerca de trezentos e sessenta e um mil euros. Não deixa de ser curioso verificarmos também que em fornecimentos e serviços externos temos rubricas que aumentam assustadoramente. É verdade a eletricidade, mas não deixa de ser verdade também deslocações, estadas, refeições e combustíveis, todas estas quatro rubricas com aumentos entre os cento e oitenta e os trezentos e dez por cento. Por fim, a questão da formação, de facto nós verificamos que os gastos com os formadores ultrapassam já um milhão de euros em termos de não só trabalhos especializados como honorários. Parece-me que uma vez que é público e está vertido nas contas, e bem, quanto é que os órgãos sociais e cada um dos órgãos sociais ganha, não seria talvez escandaloso pedir que se ficasse a saber quanto é que cada formador ganha, quem são os formadores porque é do conhecimento, meu pelo menos e se calhar de muitos, que não é de estranhar que haja um aumento substancial em termos de gastos de deslocações quando, por exemplo, poderemos constatar que há formadores do Porto que vão fazer formações para o Algarve, para o Alentejo, para as ilhas até, perguntando se, nessa perspetiva, se não haverá formadores mais próximos e que evitem no mínimo estas despesas de deslocação. Muito obrigado.” -----

Dada a palavra ao Sr. Representante António Caseiro que, após cumprimentar os Srs. Presidentes e os restantes participantes na AR, asseverou que era uma honra estar naquela AR mas que se sentia desgostoso porque, ao longo dos últimos cinco anos, que, citamos, “tenho visto vários colegas não apoiarem a nossa bastonária”, facto que adjetivou com a denominação de um programa televisivo, citamos, “isto é gozar com quem trabalha”, porque, durante todo esse período de tempo, a Sr.^a Bastonária, citamos, “conseguiu ultrapassar todos os grandes desafios e todas as grandes dificuldades em prol da qualidade de vida dos contabilistas certificados”. Referiu a tempestividade das contas da OCC. Continuou dirigindo-se diretamente à Sr.^a Bastonária afirmando que, não devia estar triste por apresentar um resultado negativo, porque está a investir nos atuais e nos futuros contabilistas. Referiu que, ao contrário do previsto, um ano de dois mil e vinte e dois de forte recuperação, assistiu-se a um conjunto de fatos que influenciaram a economia em geral, e sublinhou a invasão da Ucrânia pela Rússia que conduziu à escassez

de matérias-primas; ao elevado preço dos bens; ao crescimento da inflação; ao aumento das taxas de juro e outros encargos bancários. Referindo-se ao relatório e contas e suas demonstrações financeiras, salientou a solidez financeira e realizações do executivo durante o período de 2022, citamos, *“a criação do CCCLIX, que foi excepcional e apresentada no sétimo congresso, a melhoria da pasta CC, um novo site, a delegação de Braga, o maior congresso dos contabilistas certificados com os oito mil e noventa e quatro contabilistas e as entregas das medalhas e que mesmo assim o relatório de gestão apresenta uma boa tesouraria de cerca de um milhão de euros. Portanto, temos uma boa solidez financeira (...)”*. Terminou (citamos) *“dando os parabéns à nossa ilustre bastonária”*. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Pedro Lima que, após cumprimentar o Sr. Presidente da MAR e restantes membros da MAR; a Sr.^a Bastonária e restantes elementos do Conselho Diretivo; o Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional e respetivos membros do Conselho Jurisdicional; o Sr. Presidente do Conselho Fiscal e restantes membros do Conselho fiscal; os colegas representantes e demais colegas presentes nas galerias, iniciou a sua intervenção afirmando que, a Ordem dos Contabilistas Certificados, como pessoa coletiva de interesse público representativa dos profissionais que exercem a atividade de contabilista certificado deve cumprir os mais elevados valores éticos de transparência e responsabilidade. De seguida, saudou a Sr.^a Bastonária e os restantes elementos do Conselho Diretivo, pela coragem, transparência e ética que existiu na apresentação das contas. Realçou que, citamos, *“no ano de dois mil e vinte e dois, em termos económicos, a Ordem não apresentou resultados positivos, reflexo do princípio do acréscimo, como já foi referido pelo menos por dois colegas”*. Continuando a sua apreciação das contas salientou que, citamos, *“em termos de fluxos de atividades operacionais, a Ordem em dois mil e vinte e dois gerou um milhão cento e quarenta e três mil setecentos e onze euros face aos novecentos e sessenta e cinco mil novecentos e trinta e quatro euros do ano de dois mil e vinte e um, ou seja, houve um acréscimo de cento e setenta e sete mil setecentos e setenta e sete euros face ao ano anterior. Mesmo com todas as adversidades encontradas, o Conselho Diretivo manteve o foco e seus objetivos no apoio incondicional aos membros mantendo o controlo das suas contas”*. Continuando a sua análise à performance económica e financeira fornecida pelas contas do Conselho Diretivo,

destacou dois dados que, segundo o Sr. Representante, evidenciavam com clareza tal performance, citamos, “(...)uma delas já apresentada pelo meu colega Rui Ferreira que se refere precisamente aos resultados líquidos acumulados, (...) de dois mil e dezoito a dois mil e vinte e dois temos resultados acumulados positivos de cinco milhões trezentos e sessenta e sete euros e, para terem uma ideia, de dois mil e treze a dois mil e dezassete, ou seja, nos cinco anos anteriores tivemos um resultado acumulado de dois milhões trezentos e setenta e quatro mil trezentos e trinta e sete, ou seja, tivemos um aumento mais do que o dobro dos resultados no valor superior a três milhões. A segunda nota apresentada pelo Conselho Diretivo, ou seja, pela Sra. Bastonária nos slides, diz respeito à dívida, do endividamento bancário. E efetivamente desde que este conselho diretivo entrou para esta instituição conseguiu reduzir o valor (...) o valor a trinta e um de dezembro era de quatro milhões quinhentos e sete mil cento e trinta, ou seja, reduziu cinco milhões seiscentos e setenta e três mil setecentos e vinte e um euros, ou seja, o tal cinquenta e cinco vírgula sete, eu tenho aqui cinquenta e seis por cento.” Terminando renovou os parabéns à gestão da OCC e afirmou, relativamente às contas, a sua total confiança e apoio na aprovação das mesmas. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Bruno Pereira, de imediato, disse, citamos, “(...) boa tarde novamente, eu vou-me dispensar de apresentações uma vez que já as fiz. Eu gostaria só aqui, uma vez que tomei posse hoje, houve a impossibilidade de eu ir verificar as contas, mas há uma pergunta aqui que eu gostaria de fazer à Sra. Bastonária, que é o seguinte: houve uma distribuição de oito mil e noventa e sete, se não me engano, de medalhas no congresso e só está explanado um custo de três mil novecentos e noventa e quatro euros na contabilidade. Tendo sido feito, e como referido no próprio relatório, um diferimento de trezentos e setenta e sete mil duzentos e vinte e seis euros para ser considerado em entregas futuras poder-se-á porque (...). A minha pergunta é se as oito mil medalhas não devia estar espelhado na contabilidade da Ordem no ano de dois mil e vinte e dois. Obrigado”. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Daniel Pedro Albuquerque, o mesmo saudou todos os presentes, e afirmou não ter dúvidas nenhuma que as contas estavam certas e, nesse sentido, não tinha nenhum tipo de questão a colocar, pretendendo apenas salientar que, o ano de dois mil e vinte e dois foi, no seu entender, um ano extraordinário. Salientou a

entrega das medalhas pelos vinte e cinco anos e a realização do congresso com mais de oito mil participantes, de nível verdadeiramente internacional, considerando-o um ativo extraordinário que não se pode descurar. Referindo-se aos resultados económicos fornecidos pelas demonstrações financeiras, disse, citamos, *“embora tenhamos tido um prejuízo de pouco mais de um milhão de euros e também tendo em conta que agora está muito na moda, e ainda bem, o relato não financeiro, eu diria que se nós conseguíssemos medir o relato não financeiro certamente que teríamos um resultado extraordinário. E esse é que é o aspeto que eu quero vincar”*. Concluiu mencionando que a Ordem é uma entidade responsável, os órgãos, os funcionários e os colaboradores estão verdadeiramente comprometidos não só com os respetivos trabalhos, mas também comprometidos com o futuro da profissão, e está nas mãos de todos, naturalmente, construir e fazer acontecer um futuro melhor, citamos, *“Devemos de estar comprometidos, devemos dar os nossos contributos positivos e naturalmente estarmos preocupados com o futuro. O futuro pode não ser aquilo que nós queremos, mas está nas nossas mãos conseguir levá-lo a bom porto.”* -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Bruno Silva, este afirmou que, após a explicação da Sr.^a Bastonária e do Sr. Presidente do Conselho Fiscal no que respeita ao trabalho do Conselho Fiscal e, até mesmo, auscultando os colegas em diversos eventos da Ordem, sentia muito conforto nas contas em apreço, no seu sentido de voto e, citamos, *“votar por minha pessoa, mas pensando o que é que os outros membros que não estão cá fisicamente qual é que seria”*. Concluindo, afirmou, citamos, *“Por isso aqui só quero no fundo reforçar que não vejo motivo para não serem aprovadas as contas e fazer a aplicação de resultados que foi proposta pela direção.”* -----

Dada a palavra à Sr.^a Representante Maria José de Almeida, esta começou por cumprimentar o Sr. Presidente da MAR e os restantes membros que a compõem; a Sr.^a Bastonária e restantes membros do Conselho Diretivo; o Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional e restantes membros que o compõem; o Sr. Presidente do Conselho Fiscal e restantes membros que o compõem e todos os colegas, os que são representantes e os restantes participantes. Continuando a sua intervenção, disse, citamos, *“Bom, à semelhança dos meus colegas eu gostaria de dizer aqui umas coisinhas que é o seguinte. Falando do congresso, eu que devo ter falhado apenas um congresso, não sei, nós*

estamos no sétimo eu falhei um com certeza porque não me lembro, mas eu estava acostumada a um tipo de congresso daí eu ter-me admirado do modo como este foi feito. Mas, por incrível que pareça, o sexto congresso, somando as várias colunas que encontrei e que dizem um congresso, eu encontrei um valor de um milhão e vinte e quatro mil cento e setenta e nove e o sétimo, como podemos ver na página oitenta e nove do relatório, que está muito bem organizado, o valor foi de um milhão cento e noventa e quatro mil quinhentos e vinte cinco, ou seja, uma diferença de mais apenas cento e setenta mil trezentos e quarenta e seis. Tendo em conta que no sexto tivemos três mil trezentos e sessenta e oito participantes e no sétimo tivemos oito mil e noventa e quatro participantes este último congresso foi baratíssimo. Parabéns. Aqui de facto houve um rigor de... pelo menos se eu fiz bem as contas não há nada a dizer é impecável. Agora deixem-me que vos diga uma coisa, eu não posso ter a veleidade de achar que gerir uma Ordem é o mesmo que gerir a minha empresa porque na minha empresa o dinheiro é meu e dos meus sócios, se não for uma empresa só de um sócio. Já na Ordem os dinheiros são dos seus membros e cabe ao Conselho Diretivo e Bastonária gerir esses dinheiros com parcimónia. É evidente que foi muito bonito e de facto foi gratificante ver que a Sra. Bastonária e o Conselho Diretivo e todos os outros membros, também foram pelo país inteiro entregar as medalhas. Para nós, para todos os contabilistas, tudo isso é gratificante e o carinho que a bastonária põe na entrega isso é incontornável, como é incontornável o facto de há cinco anos a esta parte nós os contabilistas estamos muito mais amigos... amigos na questão de que já não vemos o outro como o que nos pode roubar os clientes. Portanto, tudo isso é muito bonito e eu acho que o trabalho tem sido bem feito e concordo que de facto a bastonária consegue unir os contabilistas nisso. Ouvi as explicações e contra factos não há argumentos e eu tenho que aceitar, mas não é a mesma coisa que na nossa contabilidade, a Ordem é uma entidade diferente. Era só isto que eu tinha para vos dizer.”-----

Dada a palavra ao Sr. Representante Vítor Vicente que, renovou os seus cumprimentos e, desde logo, louvou e agradeceu o acolhimento à sugestão que apresentou referente ao justo impedimento, designadamente, pela garantia de que a Ordem vai avançar com uma proposta de alargar aquele prazo para vinte dias, o que, se acolhido, permitirá gerir de forma diferente, não só o luto, como também o trabalho, com maior tranquilidade para

todos e que acrescentará, sobretudo, dignidade na profissão. Acrescentou que, citamos, *“gostava de louvar isso, agradecer, e de facto é um caminho longo desde que em dois mil e quinze se conseguiu no estatuto abrir uma brecha para meter lá para dentro este tema.”* No que toca ao relatório e contas, afirmou que, no seu entender, na página oito, há um dado que é preocupante e que não é novo, pois, não é o primeiro ano que tal sucede, a saber, citamos, *“houve uma redução de quinhentos e oitenta e cinco membros ativos, o que representa uma redução de zero vírgula oitenta e cinco por cento no ano.”* Destacou, e não sendo um facto novo, a curva descendente de membros, que representa, na sua leitura, uma perda da atratividade dos colegas pela profissão. Sendo que aquele número não reflete, ainda, sublinhou o Sr. Representante, as pessoas que estão inscritas, mas deixaram de estar a trabalhar em contabilidade, sem ter cessado a inscrição na Ordem, porque têm o seguro de saúde ou porque têm seguro de responsabilidade civil ou porque recebem a revista ou porque têm acesso às formações, e tendo outra qualquer atividade, dá-lhes jeito manter a inscrição ativa. Lembrou que, quando da transição para o euro e para o SNC, assistia-se a pessoas com setenta e oitenta anos a quererem manter-se ativos, atualmente, e de há uns anos, ouvem-se pessoas com quarenta e cinquenta anos a dizer que querem deixar a profissão, quando, referindo-se à sua própria vivência profissional, deveria ser a idade em que se deveriam valorizar mais, dada a experiência e o conhecimento até então adquirido. Lembrando a escassez de profissionais de contabilidade já verificada terminou a sua intervenção com essa preocupação, citamos, *“... e empresas que algumas conseguem pagar muito bem, não estou a falar só dos pequenos gabinetes, e todos eles relatam que não encontram contabilistas certificados, não encontram profissionais de contabilidade para repor os seus quadros. Ora, isto é que é o preocupante porque nisto está o futuro da nossa profissão e não é um futuro daqui por cinco anos ou dez anos, é um futuro já de agora, do ano que vem.”*-----

Dada a palavra ao Sr. Representante Pedro Pinheiro que, após apresentar os cumprimentos à Sr.^a Bastonária e a todos os membros do Conselho Diretivo; ao Sr. Presidente da MAR e aos restantes membros da MAR; ao Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional; ao Sr. Presidente do Conselho Fiscal, nas suas pessoas os restantes membros dos órgãos; aos colegas eleitos e aos demais colegas presentes nas galerias a assistir à AR, realçou que a Sr.^a Bastonária teve a hombridade de começar a sua

apresentação afirmando, sem reservas, que este não é o resultado que gostaria de apresentar. Continuou afirmando que, mais importante do que o resultado foi o que aconteceu durante o ano. Lembrou que naquela AR se falou da importância de cativar as pessoas para a profissão, da importância de unir a classe e de dignificar, mas, citamos, *“esperamos o quê? Esperamos que isso seja possível fazer sem investimento? Esperamos que isso seja possível fazer sem o desenvolvimento, da parte da direção da Ordem, de um conjunto de atividades que nos permita atingir esse objetivo? Isso não é possível. E, portanto, o que nós temos aqui é de facto o reflexo numa aposta pela dignificação da classe, é o reflexo de uma aposta naquilo que é a capacidade de tornar a classe mais unida, de ser uma classe mais atrativa para os novos membros, de resolver alguns dos problemas que aqui estão e, por tudo aquilo que isto representa de intangível, por tudo aquilo que isto representa para a nossa classe, eu acho que não pode haver aqui dúvida nenhuma, nenhuma, de que estamos no caminho certo. Não pode haver dúvida nenhuma aqui que este resultado que aqui está se deve a um investimento muito mais do que a qualquer outra situação e temos que de facto acreditar que é este o caminho que nos pode levar à dignificação da profissão e que nos pode trazer no futuro aquilo que todos nós desejamos.”* Terminou a sua intervenção agradecendo e apelando à aprovação do Relatório e Contas. -----

Apelando à sua capacidade de síntese, o Sr. Presidente da MAR deu a palavra à Sr.^a Bastonária. -----

No uso da palavra, a Sr.^a Bastonária agradeceu as palavras de apoio e de motivação para o futuro, essenciais para dar ânimo, com vista a conduzir os destinos da Ordem, não fazendo menção individual a todos os comentários, unicamente por falta de tempo. -----

No que respeita aos diferimentos e no que concerne ao gasto diferido relativo às medalhas, esclareceu que, eram elegíveis vinte e três mil quinhentos e vinte e um colegas para receber medalha. O valor que estava reconhecido referente às medalhas, não eram três mil e tal euros como foi referido, mas cinquenta e nove mil quinhentos e quinze euros, estando esta explicação vertida na página noventa e oito do Relatório e Contas. O elevado valor em diferimentos, aconteceu porque estavam elegíveis para receber as medalhas dos vinte e cinco anos em dois mil e vinte e dois, vinte e três mil quinhentos e noventa e um colegas e foi entregue a pouco mais de oito mil. A Ordem tinha de contar que os vinte e

três mil quisessem receber as medalhas. Atendendo aos preços e ao concurso público que foi realizado, foram adquiridas quarenta e uma mil medalhas para entregar até ao final do ano dois mil e vinte e cinco, isto é, até ao fim do mandato, e desta opção, foi possível reduzir substancialmente o custo das medalhas. No ano dois mil e vinte e dois eram elegíveis para receber a medalha vinte e três mil quinhentos e vinte e um colegas; no ano dois mil e vinte e três são elegíveis sete mil oitocentos e cinquenta e sete; no ano de dois mil e vinte e quatro, quatro mil e catorze e no ano de dois mil e vinte e cinco, cinco mil seiscentos e catorze. Claramente, no primeiro ano, concentrou-se o grande número de colegas elegíveis, pelo que, era necessário ter medalhas para os vinte e três mil contabilistas. O número de distribuição foi menor, o que significa que existe stock, que será distribuído ao longo dos anos, ainda que posteriormente ao final do corrente mandato, mencionou. Referiu-se a seguir à questão do material de economato, esclarecendo que, a Ordem quase que não tem economato. O valor de cento e noventa e cinco mil euros, diferido, tem a ver com o papel que foi comprado, antecipadamente, para o livro da contabilidade, pois, dada a escassez de papel no mercado, teve de optar pela compra do mesmo para assegurar a impressão do livro de contabilidade, que estará pronto até julho. Quanto às agendas de dois mil e vinte e três, foi registado o valor constante das demonstrações financeiras, porque a entrega de algumas sofreu atraso. -----

Referindo-se às dívidas a fornecedores esclareceu que, era expeável a Ordem reduzir aquele passivo no último trimestre, mas o último trimestre foi muito abrangente em atividades, especialmente, em formação, concentrando-se nesses últimos meses do ano muitos recibos e faturas de fornecedores, daí não ter sido possível pagar tudo, até porque muitos dos documentos deram entrada na Ordem na última semana de dezembro ou, até mesmo, na primeira de janeiro. Os pagamentos realizados pela Ordem são pontuais e os prazos de pagamento muito curtos, desde que cumpridas todas as condições, pelo que, esse valor foi o resultado de muitas atividades terem sido realizadas, em novembro e dezembro, o que se traduziu num aumento anormal dos gastos. -----

Respondendo à questão das deslocações, estadas e refeições, esclareceu que, efetivamente, verificou-se um aumento nesses gastos, devido às muitas deslocações que se realizaram, assegurando que, as deslocações suportadas pela OCC são todas muitíssimo controladas e evitadas todas quantas é possível evitar. Quanto à questão que

foi colocada sobre as deslocações dos formadores, informou que são decisões de gestão que têm razão de ser. Não é desejável que os mesmos formadores estejam sempre nos mesmos locais, nem os membros gostam. O equilíbrio dos custos é importante, mas acima de tudo estão as necessidades dos membros, explicou a Sr.^a Bastonária. São decisões de gestão, sendo estas completamente direcionadas para os membros e para a satisfação das suas necessidades, que de facto têm custos, mas que são equacionados e decididos em conformidade daquilo que achamos que é melhor para os membros. Para melhor explicar a sua ideia, a Sr.^a Bastonária deu o exemplo da última formação eventual, afirmando que não é exequível realizar uma formação no mesmo local dois dias seguidos, porque se o contabilista está impossibilitado de participar num dia poderá não conseguir estar presente em nenhum dos dias dessa semana. Já na formação eventual que foi ministrada no mês de novembro, referente ao encerramento de contas, foi feita essa opção, acrescentando que, nas duas situações, valeu a pena. É uma opção de gestão, que poderá não ser compreensível por quem desconhece as necessidades dos contabilistas, adiantou, no entanto, igualmente, assegurou que todas as decisões são ponderadas e validadas por si, tendo sempre como foco e objetivo os interesses dos membros.-----

Relativamente à permuta do imóvel do Porto, que esteve uma série de anos para ser vendido, e do imóvel de Braga, a Sr.^a Bastonária informou que o imóvel onde esteve localizada a representação do Porto e o imóvel onde estava a representação de Braga, foram objeto de permuta pela Quinta de Braga, conforme consta do relatório e contas e que, incluir o imóvel do Porto neste negócio, foi uma excelente opção, porque os imóveis fechados têm custos e não apresentam rentabilidade, acrescentou. Esclareceu que foram solicitadas avaliações para suportar este negócio e a Ordem está, neste momento, a avaliar todos os seus imóveis, tanto assim que, a Quinta de Braga, que foi comprada ainda não há um ano, por um milhão seiscentos e trinta e um mil euros, está avaliada acima dos oito milhões de euros, por duas empresas certificadas que estão a efetuar esse trabalho. “*Não há negócios pouco explícitos enquanto eu estiver à frente da Ordem*”, garantiu.-----

Quanto ao comentário do colega Vitor Vicente, a propósito do mercado de trabalho, é um facto que, nas áreas das ciências económicas há um vasto leque de oportunidades e as consultoras aliciam os jovens, para se comprometerem para o futuro. A área da contabilidade tem-se evidenciado menos atrativa, porque é mais cinzenta, “*ainda por*

cima quando a queremos puxar para cima há sempre quem a queira puxar para baixo”.

E continuou acrescentando que, os colegas que se sentem desconfortáveis com a profissão se calhar estão na profissão errada. Lembrou que, todos passam por fases boas e fases más, mas também há muitos profissionais satisfeitos e o crescimento da profissão tem sido enorme, sendo uma preocupação da Ordem ter medidas de atratividade, porque a profissão está a envelhecer, considerou a Sr.^a Bastonária, acrescentando que, a nova lei das ordens vai trazer mais pessoas para a profissão e que não é a instituição que tem de resolver este problema, mas sim a sociedade. -----

De imediato, e tendo em consideração que ninguém manifestou a sua intenção de intervir, o Sr. Presidente da MAR informou que se iria proceder à votação, alertando, entretanto, de que, se haviam ausentado da sessão quatro representantes, quer em sala, quer a participar telematicamente, ficando, naquele momento, um universo de oitenta e um representantes, presentes e representados. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da MAR, colocou à votação o segundo **ponto 2** (dois) da **ordem do dia**, *discussão e votação do relatório e contas do exercício de dois mil e vinte e dois*. -----

Realizada a votação, o Sr. Presidente da MAR comunicou à Assembleia que, participaram na votação, presentes e representados, 81 Representantes, tendo o **ponto 2** (dois) da **ordem do dia**, *discussão e votação do relatório e contas do exercício de dois mil e vinte e dois*, sido aprovado, por maioria, com a seguinte votação: -----

- **Votos contra: 1 (um); Presenciais: 1 (um); à distância: 0 (zero).** -----
- **Abstenções: 5 (cinco); Presenciais: 2 (dois); à distância: 3 (três).** -----
- **Votos a favor: 75 (setenta e cinco); Presenciais: 69 (sessenta e nove); à distância: 6 (seis).** -----

Posteriormente, o Sr. Presidente da MAR deu a palavra à Sr.^a Secretária da MAR, Isabel Alves, para proceder à leitura da minuta da ata, a qual, após ocorrer a respetiva votação, foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

O Sr. Presidente da MAR, dando por terminada a Ordem de Trabalhos, agradeceu a todos os colegas presentes e deu por encerrada a sessão, eram dezoito horas e quarenta e seis minutos. -----